Assinado de forma digital por EDITORA BEM PARANA LTDA:76637305000170 Dados: 2024.04.16 00:09:41 -03'00'

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ/MF: 02.992.446/0001-75 - NIRE: 41300016771

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2024

Ata lavrada na forma de sumário nos termos do parágrafo 1º, artigo 130, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76").

1. Local, Data e Hora: Ao 4º/04/2024, às 10 h, na sede social do Banco CNH Industrial Capital S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.992.446/0001-75 ("Companhia"), localizada na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825, parte, na Cidade de Curitiba, PR, CEP 81170-901. **2. Convocação e Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia, ficando, portanto, dispensada a convocação nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Foram eleitos para a mesa, por unanimidade, o Sr. Heberson José de Goes (Presidente) e a Sra. Romara Costa Borges (Secretária). **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(a)** a realização da 10ª emissão, pela Companhia, em até 4 séries (quando referidas em conjunto "Séries" e, individualmente, "Série"), de letras financeiras, perfazendo o montante total de, inicialmente, R$ 600.000.000,00, por meio de Sistema de Vasos Comunicantes (conforme abaixo definido) ("Emissão" e "Letras Financeiras", respectivamente, sendo as Letras Financeiras da Primeira Série denominadas "Letras Financeiras da Primeira Série", as da Segunda Série "Letras Financeiras da Segunda Série", as da Terceira Série "Letras Financeiras da Terceira Série" e as da Quarta Série "Letras Financeiras da Quarta Série"), nos termos da Lei nº 12.249, de 11/07/2010, conforme alterada ("Lei 12.249"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.007, de 24/03/2022 ("Resolução CMN 5.007"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 8, de 14/10/ 2020, conforme alterada ("Resolução CVM 8"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **(b)** a autorização à diretoria da Companhia e/ou seus procuradores legais, conforme o caso, para *(i)* praticar todos os atos, bem como confeccionar e celebrar quaisquer documentos e seus eventuais aditamentos necessários à realização da Emissão e da Oferta; *(ii)* contratar *(ii).(a)* instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para coordenar e distribuir a Oferta ("Coordenadores"); e *(ii).(b)* os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta, incluindo agente que representará a comunhão dos titulares das Letras Financeiras ("Titulares de Letras Financeiras" e "Agente de Letras", respectivamente) e assessores legais, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos, conforme o caso; *(iii)* em conjunto com os Coordenadores (1) definir a existência ou não de cada Série; (2) fixar a quantidade total de Letras Financeiras objeto da Emissão; (3) fixar a quantidade de Letras Financeiras a ser alocada em cada Série; e (4) fixar a sobretaxa ou *spread* aplicável à Remuneração (conforme definido abaixo) de cada Série, independentemente de nova deliberação pelos acionistas da Companhia ou de qualquer reunião de Diretoria, em decorrência do resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo); e **(c)** a ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações:** Por unanimidade dos votos dos acionistas presentes à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, e sem quaisquer ressalvas, verificando-se a abstenção dos legalmente impedidos de votar, todas as matérias objeto da ordem do dia foram aprovadas, com as seguintes características e condições: **(a)** A realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio do Documento de Informações Essenciais das Letras Financeiras, elaborado nos termos do Anexo B à Resolução CVM 8 ("DIE-LF") e do "*Instrumento Particular de Emissão de Letras Financeiras da Décima Emissão do Banco CNH Industrial Capital S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente de Letras ("Instrumento de Emissão"): (i) *Destinação dos Recursos*. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para melhoria no perfil de endividamento da Companhia e seu reforço de caixa; (ii) *Colocação*. As Letras Financeiras serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Resolução CVM 8 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à Oferta, com a intermediação dos Coordenadores, sob o regime de melhores esforços de distribuição, com relação à totalidade das Letras Financeiras, nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação de Letras Financeiras Simples, da Décima Emissão do Banco CNH Industrial Capital S.A.*", a ser celebrado entre os Coordenadores e a Companhia ("Contrato de Distribuição"), sendo a distribuição das Letras Financeiras realizadas de acordo com os procedimentos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); (iii) *Coleta de Intenções de Investimento*. Os Coordenadores organizarão o procedimento de coleta de intenções de investimento, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, em conjunto com a Companhia, (i) da quantidade total de Letras Financeiras objeto da Emissão, (ii) da existência de cada Série da Emissão, (iii) da quantidade de Letras Financeiras a ser alocada em cada Série e (iv) da sobretaxa ou *spread* aplicável à Remuneração de cada Série, observado o disposto no item (xix) abaixo ("Procedimento de *Bookbuilding*"), observado que o Valor Total da Emissão poderá ser aumentado, em comum acordo entre a Emitente e os Coordenadores, caso seja verificado excesso de demanda no Procedimento de *Bookbuilding*. Não haverá quantidade ou valor mínimo ou máximo de Letras Financeiras para alocação entre as Séries; (iv) *Prazo, Forma de Subscrição e Preço de Integralização*. As Letras Financeiras serão subscritas e integralizadas por meio de sistema operacionalizado e administrado pela B3, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), pelo Valor Nominal Unitário, ou nas datas de integralização posteriores à Data de Emissão, observado o disposto no item (v) abaixo, sendo certo que, a exclusivo critério dos Coordenadores, as Letras Financeiras poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio, a ser definido no ato de subscrição das Letras Financeiras, desde que (i) exista a possibilidade de subscrição e integralização com ágio ou deságio no Instrumento de Emissão; e (ii) o ágio ou deságio seja o mesmo para todas as Letras Financeiras de uma mesma Série, quando subscritas e integralizadas em uma mesma data; (v) *Prazo Máximo da Oferta*. A subscrição das Letras Financeiras objeto da Oferta pelos investidores deverá ser realizada no prazo máximo de 10 dias contados da Data de Emissão, observado o prazo mínimo de vigência de 24 meses entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento (conforme definido abaixo). Caso ao final do prazo máximo de subscrição das Letras Financeiras objeto da Oferta, as Letras Financeiras não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas: (a) os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não subscrito e integralizado, caso em que: (i) a Companhia deverá cancelar as Letras Financeiras não integralizadas; e (ii) a Companhia e o Agente de Letras realizarão o aditamento ao Instrumento de Emissão, sem a necessidade de aprovação societária da Companhia e/ou realização de Assembleia Geral de Titulares, e atualização do DIE-LF para prever a quantidade de Letras Financeiras efetivamente subscritas e integralizadas; ou (b) por questões operacionais (não atribuíveis à Companhia), ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não integralizado, caso em que a Companhia e o Agente de Letras poderão realizar, se assim aprovado pelos Coordenadores, o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE-LF, sem necessidade de Assembleia Geral de Titulares de Letras Financeiras, para prever a emissão de nova série de Letras Financeiras e integralização em uma só data, com as mesmas características das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e/ou o valor nominal unitário; (vi) *Depósito para Negociação e Custódia Eletrônica*. As Letras Financeiras serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações das Letras Financeiras liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Letras Financeiras custodiadas eletronicamente na B3; (vii) *Número da Emissão*. As Letras Financeiras representam a 10ª emissão pública de letras financeiras da Companhia; (viii) *Valor Total da Emissão*. O valor total da Emissão, inicialmente, R$ 600.000.000,00, na Data de Emissão (conforme abaixo definido), conforme a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, observado que será admitida a possibilidade de distribuição parcial das Letras Financeiras ("Valor Total da Emissão"). O Valor Total da Emissão poderá ser aumentado, em comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores, caso seja verificado excesso de demanda no Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que tal aumento do Valor Total da Emissão deverá ser ratificado por Assembleia Geral posteriormente; (ix) *Quantidade*. Serão emitidas, inicialmente, 12.000 Letras Financeiras, sendo certo que a quantidade de Letras Financeiras emitida e alocada em cada Série será definida de acordo com a demanda pelas Letras Financeiras, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding*; (x) *Valor Nominal Unitário*. As Letras Financeiras terão valor nominal unitário de R$ 50.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (xi) *Séries*. A Emissão será realizada em até 4 Séries, por meio do Sistema de Vasos Comunicantes. De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Letras Financeiras emitida em cada uma das séries deverá ser abatida da quantidade total de Letras Financeiras prevista no item (ix) acima, definindo a quantidade a ser alocada em cada série, de forma que a soma das Letras Financeiras alocadas em cada uma das séries efetivamente emitidas deverá corresponder à quantidade total de Letras Financeiras objeto da Emissão. Não haverá valor mínimo ou máximo para alocação entre as séries, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* ("Sistema de Vasos Comunicantes"); (xii) *Distribuição Parcial*. Será admitida a distribuição parcial das Letras Financeiras; (xiii) *Conversibilidade*. As Letras Financeiras não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (xiv) *Comprovação de Titularidade*. Para todos os fins de direito, a titularidade das Letras Financeiras será comprovada por meio de extrato individualizado e, a pedido do Titular de Letras Financeiras ou da Companhia, exclusivamente para fins do artigo 38, §1º, da Lei 12.249, por meio de certidão de inteiro teor, ambos emitidos pela B3. Tal certidão será suficiente para habilitar qualquer medida judicial ou extrajudicial em face da Companhia, inclusive a execução de valores devidos nos termos do DIE-LF e do Instrumento de Emissão. Adicionalmente, poderá ser emitido extrato pelo escriturador das Letras Financeiras, com base nas informações geradas pela B3; (xv) *Espécie*. As Letras Financeiras serão da espécie quirografária, não contando com quaisquer garantias, sejam reais ou fidejussórias; (xvi) *Data de Emissão*. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Letras Financeiras será definida no Instrumento de Emissão ("Data de Emissão"); (xvii) *Prazo e Data de Vencimento*. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos a serem previstos no Instrumento de Emissão e depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado (conforme definido no item (xxvi) abaixo), o prazo das Letras Financeiras será de: (i) para as Letras Financeiras da Primeira Série, 24 meses e 10 dias contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Primeira Série"); (ii) para as Letras Financeiras da Segunda Série, 36 meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Segunda Série"); (iii) para as Letras Financeiras da Terceira Série, 48 meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Terceira Série"); e (iv) para as Letras Financeiras da Quarta Série, 48 meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Quarta Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, a Data de Vencimento da Segunda Série e a Data de Vencimento da Terceira Série, "Data de Vencimento"); (xviii) P*agamento do Valor Nominal Unitário*. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão e depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado, o Valor Nominal Unitário de cada uma das Letras Financeiras será pago pela Companhia em 1 única parcela, devida na respectiva Data de Vencimento de cada uma das Séries, conforme o caso; (xix) *Remuneração*. A remuneração de cada uma das Letras Financeiras será a seguinte: I. *Juros remuneratórios das Letras Financeiras da Primeira Série:* sobre o Valor Nominal Unitário de cada uma das Letras Financeiras da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo"*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis – assim entendidos como qualquer dia que não seja feriado declarado nacional, sábado ou domingo ("Dia Útil"), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no Informativo Diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br), ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa ou *spread*, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado a 0,85% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da Primeira Série, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, nos termos da fórmula constante do Instrumento de Emissão; II. *Juros remuneratórios das Letras Financeiras da Segunda Série*: sobre o Valor Nominal Unitário de cada uma das Letras Financeiras da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa ou *spread*, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado a 1,00% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração da Segunda Série"). A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da Segunda Série, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, nos termos da fórmula constante do Instrumento de Emissão; III. *Juros remuneratórios das Letras Financeiras da Terceira Série*: sobre o Valor Nominal Unitário de cada uma das Letras Financeiras da Terceira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa ou *spread*, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado a 1,15% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração da Terceira Série"). A Remuneração da Terceira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da Terceira Série, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, nos termos da fórmula constante do Instrumento de Emissão; e IV. *Juros remuneratórios das Letras Financeiras da Quarta Série*: sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da Quarta Série incidirá uma remuneração prefixada correspondente a um determinado percentual fixo ao ano, correspondente à respectiva Taxa DI, conforme cotação do último preço verificado no fechamento da data do Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 Dias Úteis, divulgada pela B3 em sua página na internet (https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=DI1), correspondente ao contrato futuro com vencimento em 1º/01/2028, acrescida exponencialmente de sobretaxa ou *spread*, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding,* limitada a até 1,15% ao ano ("Remuneração da Quarta Série" e em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, a Remuneração da Segunda Série e a Remuneração da Terceira Série, "Remuneração"). A Remuneração da Quarta Série será calculada de acordo com a fórmula prevista no Instrumento de Emissão. (xx) *Pagamento da Remuneração*: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão, depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado, a Remuneração das Letras Financeiras será paga em 1 única parcela, na respectiva Data de Vencimento de cada uma das Séries, conforme o caso; (xxi) *Atualização do Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras:* O Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras não será atualizado monetariamente; (xxii) *Repactuação Programada*. Não haverá repactuação programada; (xxiii) *Resgate Antecipado Facultativo*. Nos termos do artigo 5º da Resolução CMN 5.007, é vedado o resgate, total ou parcial, das Letras Financeiras, antes da Data de Vencimento, exceto para fins de imediata troca por outras letras financeiras de emissão da Companhia, nas hipóteses e condições previstas pela regulamentação do CMN. É vedada a amortização antecipada das Letras Financeiras; (xxiv) *Aquisição Facultativa*. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Letras Financeiras, desde que por meio da B3, para efeito de permanência em tesouraria e venda posterior, no montante de até 5% do valor contábil das Letras Financeiras emitidas, conforme disposto no inciso I do artigo 10º da Resolução CMN 5.007. Nos termos do artigo 10º, §1º, da Resolução CMN 5.007, o valor contábil deve ser apurado na data da recompra sem dedução do saldo das Letras Financeiras em tesouraria. Devem ser consideradas, para fins da verificação do cumprimento do limite de que trata este item, as Letras Financeiras adquiridas por entidades integrantes do conglomerado prudencial da Companhia, nos termos da Resolução do CMN nº 4.950, de 30/09/2021, e demais entidades submetidas ao controle direto ou indireto da Companhia, nos termos do artigo 10º, §2º, incisos I e II, da Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras objeto desse procedimento poderão: (i) permanecer em tesouraria da Companhia; ou (ii) ser recolocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras, se recolocadas no mercado, farão jus aos direitos das demais Letras Financeiras, inclusive à Remuneração, conforme aplicável; (xxv) *Encargos Moratórios*. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Titulares de Letras Financeiras, nos termos do Instrumento de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2%; (xxvi) *Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado*. Os eventos de inadimplemento das Letras Financeiras serão definidos no Instrumento de Emissão e poderão ocasionar o vencimento antecipado das Letras Financeiras, depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado. Nos termos do artigo 38, §5º, da Lei 12.249, o Instrumento de Emissão preverá os eventos de vencimento antecipado das Letras Financeiras, observado que o vencimento antecipado das Letras Financeiras estará condicionado à manifestação formal do Congresso Nacional Brasileiro, do Presidente da República Federativa do Brasil, do Ministério da Fazenda ou equivalente, do CMN, da CVM ou do Banco Central do Brasil, de seus diretores, departamentos ou representantes com força legal ou regulamentar para validar, admitir ou não obstar a inclusão de eventos de vencimento antecipado em emissões de letras financeiras e deverá observar o disposto no artigo 5º da Resolução CMN 5.007 ("Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado"); e (xxvii) *Outras Características*. As demais características das Letras Financeiras constarão no DIE-LF e no Instrumento de Emissão. **(b)** A autorização à diretoria da Companhia e/ou seus procuradores legais, conforme o caso, para: **(i)** confeccionar e celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo a celebração do DIE-LF, do Instrumento de Emissão, do Contrato de Distribuição e de quaisquer outros instrumentos ou documentos relacionados às Letras Financeiras, ficando desde já, autorizados a celebrar eventuais aditamentos a referidos instrumentos ou documentos, sem necessidade de realização de nova aprovação societária da Companhia ou de Assembleia de Titulares de Letras Financeiras para: (i).(a) atendimento às exigências da B3, da CVM, ou em consequência de normas legais regulamentares; (i).(b) correção de erros grosseiros, tais como, de digitação ou aritméticos; (i).(c) atualização dos dados cadastrais das partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, se necessário; e/ou (i).(d) caso haja Letras Financeiras, que não tenham sido integralizadas por questões operacionais (não atribuíveis à Companhia), ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, para prever a emissão de nova série de Letras Financeiras e integralização em uma só data, com as mesmas características da Série das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e/ou o Valor Nominal Unitário, ou o cancelamento das Letras Financeiras não integralizadas; **(ii)** contratar (ii).(a) os Coordenadores; e (ii).(b) os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta, incluindo o Agente de Letras e assessores legais, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos, conforme o caso; **(iii)** em conjunto com os Coordenadores (1) definir a existência ou não de cada Série, (2) fixar a quantidade total de Letras Financeiras objeto da Emissão, (3) fixar a quantidade de Letras Financeiras a ser alocada em cada Série, e (4) fixar a sobretaxa ou *spread* aplicável à Remuneração de cada Série, independentemente de nova deliberação pelos acionistas da Companhia ou de qualquer reunião de Diretoria, em decorrência do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. **(c)** A ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes e assinada pelo Presidente e pela Secretária da Mesa. **7. Acionistas Presentes:** New Holland Limited (nesse ato representado por Bianca Belotti e Heberson José de Goes) e CNH Industrial Brasil Ltda. (nesse ato representada por Bianca Belotti e Heberson José de Goes). **Mesa:** Heberson José de Goes - Presidente; Romara Costa Borges - Secretária. **Certifico**, na qualidade de Secretária da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 04/04/2024, que esta ata é reprodução fiel e autêntica da que se encontra lavrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia. Curitiba-PR, 04/04/2024. Heberson José de Goes - *Presidente da Mesa.* Romara Costa Borges – *Secretária.* **Junta Comercial do Paraná** - Certifico o registro em: 09/04/2024, 17:45, sob nº 20242424872. Protocolo: 242424872 de 09/04/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

SOPACO – SOCIEDADE PARANÁ COML. E IMPORTADORA LTDA
CNPJ Nº. 78.143.922/0001-45
NIRE Nº. 41201646645

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral de Cotistas, a realizar-se, por economia de custos na sede do escritório Augusto Prolik, sito à Rua Marechal Deodoro, 497, 16º. andar, em Curitiba, Paraná, às 14:30 horas do dia 25 de abril de 2024, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre as seguintes matérias:

I) Em Assembleia Geral Ordinária:
a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; c) Eleger os membros da nova Diretoria; e d) Outros assuntos de interesse social

II) Em Assembleia Geral Extraordinária:
a) Apresentação da planilha elaborada pela Diretoria com a projeção de gastos para os próximos 12 (doze) meses; b) Aprovar a captação de recursos dos sócios, que não será via aumento de capital social, para adimplir as prestações vincendas dos débitos incluídos no REFIS e de outras despesas administrativas da Sociedade cujo valor total aproximado é de R$ 5.140.794,14 (cinco milhões, cento e quarenta mil, setecentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos); e c) Outros assuntos.

Outrossim, comunicamos que se encontram à disposição dos senhores sócios, na sede social da empresa, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404 de 15/12/1976, relativos ao exercício de 2023.

Irati, 15 de abril de 2024.
Cirlei Terezinha Dellani Milla - Diretora

CIA DE CIMENTO ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.630.573/0001-60
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar no dia 23 de abril de 2024, às 9h (nove horas), na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I) **Em Assembleia Geral Ordinária:**
a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023;
b) Destinação do resultado do exercício findo;
c) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração global dos órgãos da Administração.

II) Em Assembleia Geral Extraordinária:
a) Aumento de capital no valor de R$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões de reais) mediante a capitalização de parte da reserva de lucros, sem emissão de ações, para adequação ao artigo 199, da Lei 6.404/76, e consequente reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia

Curitiba, 12 de abril de 2024.

Conselho de Administração

COMPANHIA DE AUTOMÓVEIS SLAVIERO
CNPJ Nº 76.484.161/0001-60
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem no dia 24 de abril de 2024, às 14h00, na sede da empresa localizada à Avenida Iguaçu, 633, em Curitiba (Pr), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Em assembleia geral ordinária:
I - Apreciação e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhado do Relatório dos Auditores independentes;
II - Deliberação sobre a Proposta da Diretoria acerca da destinação do resultado do exercício e a distribuição, ou não, de dividendos;
III - Eleição da Diretoria para o exercício 2024/2025;
IV – Fixação, ou não, dos honorários da Diretoria;
V– Remuneração dos acionistas para os exercícios 2024/2025, pelas seguintes alternativas: na forma de juros sobre capital e/ou dividendos mensais, trimestrais, semestrais, ou ainda, conforme o resultado mensal da empresa e/ou disponibilidade de caixa;

Em assembleia geral extraordinária:
(i) Apreciação da proposta para aumento do capital social com a reserva de lucros, sem a emissão de novas ações, e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social;
(ii) Deliberar sobre a proposta de aumento do Capital Social da empresa controlada Cia de Veículos Slaviero Ltda.;
(iii) Deliberar sobre a proposta da diretoria para a destinação das ações em tesouraria, a fim de distribuí-las entre os acionistas, de forma proporcional à participação societária;
(iv) Deliberar acerca do encerramento das atividades das filiais 76.484.161/0006-74 e 76.484.161/0003-21;
(v) Deliberar sobre a alteração da razão social da Companhia para **CIA DE INVESTIMENTOS SLAVIERO** e, consequentemente, se aprovada, adequar a redação do artigo 1º do estatuto social, de acordo com a nova razão social;
(vi) Deliberar acerca da alteração do endereço da sede social e a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social;
(vii) Deliberar sobre a alteração do objeto social da companhia e sobre a adequação da redação do artigo 3º do Estatuto Social;
(viii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, refletindo as alterações promovidas;

Curitiba, 09 de abril de 2024.
Cláudio Gomes Slaviero
- Diretor -

SOPARELI REFLORESTAMENTOS S/A
CNPJ Nº. 03.063.686/0001-58
NIRE Nº. 41300016941

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se, por economia de custos na sede do escritório Augusto Prolik, sito à Rua Marechal Deodoro, 497, 16º. Andar, em Curitiba, Paraná, às 15:00 (quinze) horas do dia 25 de abril de 2024, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre as seguintes matérias:
a) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição da nova Diretoria; d) Outros assuntos de interesse social.
Outrossim, comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da empresa, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404 de 15/12/1976, relativos ao exercício de 2023.

Irati, 15 de abril de 2024.
Cirlei Terezinha Dellani Milla - Diretora

SITA – TRANSPORTE DE CARGAS S.A.
CNPJ N.º 78.759.701/0001-04
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 23 de abril de 2024, às 9h30min. (nove horas e trinta minutos), na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023;

b) Destinação do resultado do exercício findo;

c) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração global dos órgãos da Administração.

Curitiba, 12 de abril de 2024
Conselho de Administração

SIRAMA - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
CNPJ N.º 76.710.318/0001-28
ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores sócios a se reunirem em Assembleia dos Sócios, a se realizar no dia 22 de abril de 2024, às 14 (quatorze) horas, na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023;
b) Destinação do resultado do exercício findo e de lucros acumulados;
c) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração global dos órgãos da administração.
d) Formalização das transferências de quotas da Sirama efetivadas pelos sócios identificados a seguir:
(i) 541.434 (quinhentas e quarenta e um mil, quatrocentas e trinta e quatro) quotas de titularidade do Espólio de Ruth Gomes Slaviero partilhadas aos seus herdeiros Lilian Slaviero Abrão, Cláudio Gomes Slaviero, Ruth Maria Gomes Slaviero e Rubens Slaviero Filho;
(ii) 2.215.989 (dois milhões, duzentas e quinze mil, oitocentas e noventa e oito) quotas de titularidade de Tania Dallegrave Goes para a sociedade Trópicos Holding e Participações Ltda., transferidas por conferência para integralização de capital;
(iii) 8.460.014 (oito milhões, quatrocentas e sessenta mil e quatorze) quotas de titularidade de Zigard Participações Societárias Ltda. para R.R. Slaviero Participações e Administração de Bens Ltda., transferidas em virtude de operação societária de incorporação;
(iv) 10.688.183 (dez milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, cento e oitenta e três) quotas de titularidade de Edy Gomes Cassemiro para Emílio Batista Gomes, Eduardo de Araújo Gomes, Edson de Araújo Gomes, Eliane de Araújo Gomes Obladen e Eleonora de Araújo Gomes, transferidas por doação;
(v) 4.312.422 (quatro milhões, trezentas e quarenta e duas mil, quatrocentas e vinte e duas) quotas de titularidade de Emílio Batista Gomes para Guilherme Araújo Gomes, Gabriela Araújo Gomes e Thaís Araújo Gomes, , transferidas por doação;
(vi) 1.622.636 (um milhão, seiscentas e vinte e duas mil, seiscentas e trinta e seis) quotas de titularidade de Maria Elizabeth Araújo Slaviero para MESAH Participações Societárias Ltda., transferidas por conferência para integralização de capital; e
(vii) 1.852.580 (um milhão, oitocentas e cinquenta e duas mil, quinhentas e oitenta) quotas sociais de titularidade de Maria Cecília de Araújo Gomes para Eduardo de Araújo Gomes, Edson de Araújo Gomes, Eliane de Araújo Gomes Obladen e Eleonora de Araújo Gomes, transferidas por doação.
e) Aprovação da minuta da 67ª Alteração Contratual da Sirama contemplando as transferências de quotas tratadas no item antecedente e, adicionalmente, a revogação da disposição transitória prevista na Cláusula Trigésima Segunda do Contrato Social em razão da perda do seu objeto, além de outras modificações de ordem cadastral, se necessárias.

Curitiba, 12 de abril de 2024.

Conselho de Administração

MONARCA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 05.398.928/0001-90
NIRE 41300307989

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas da MONARCA PARTICIPAÇÕES S.A. para comparecer na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Curitiba, Paraná, na avenida Sete de Setembro, nº 4.064, loja e sobreloja, Centro, no dia 25 de abril de 2024, às 16:00 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2023, as quais foram publicadas em sua íntegra na forma do §5° do art. 133 da Lei 6.404/76; e (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: (a) Deliberar sobre a rerratificação da 2ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Companhia, datada de 10/11/2003, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20034177388, em 20/01/2004, para o fim exclusivo de corrigir a descrição do imóvel matriculado sob nº 9.356 junto ao 3º Serviço de Registro de Imóveis de Curitiba, Paraná, e a descrição do imóvel matriculado sob nº 5.268 do 6º Serviço de Registro de Imóveis de Curitiba, Paraná, descritos nos itens "A" e "B", respectivamente, tanto da integralização feita pelo sócio Seme Raad como pela sócia Susana Tfeli de Raad, prevista na Cláusula Segunda e, no Contrato Social Consolidado, na Cláusula Quarta, os quais foram integralizados no capital social da Companhia por força daquele ato, haja vista a existência de erros materiais que prejudicam a perfeita identificação dos imóveis e o registro da dita integralização nas aludidas matrículas imobiliárias; e (b) Deliberar a respeito da proposta de alteração de redação do parágrafo primeiro do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, para a finalidade de afastar a obrigatoriedade de realização e reuniões de diretoria com periodicidade mensal, de forma que tais reuniões seriam realizadas sempre que os interesses sociais o exigirem.

Para participar da Assembleia, os Srs. Acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do Acionista ou de seu representante; e (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Acionista.

Curitiba, 15 de abril de 2024

Seme Raad
Diretor Geral

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/ME 81.716.144/0001-40
NIRE 41.3.0007936-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações com sede na Rua João Eugênio, nº 922, Centro, Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, CEP 83.203-400, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.3.0007936-6 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 81.716.144/0001-40 ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") **convocar** os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária nos termos do do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, **às 10:30 horas, no dia 30 de abril de 2024** na sede social da Companhia e/ou ainda de forma virtual, conforme autorizado pelo artigo 124 §2°- A, da Lei das Sociedades por Ações, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

(1) o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023;

(2) a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos, conforme proposta consignada nas Demonstrações Financeiras da Companhia e conforme deliberação havida na Reunião do Conselho de Administração em 26 de março de 2024;

(3) a aprovação da proposta do orçamento de capital da Companhia previsto para o exercício de 2024; e

(4) a fixação da remuneração global e anual dos Administradores da Companhia, nos termos do art. 10, Parágrafo Único alínea (vii) do Estatuto Social..

Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos Acionistas para consulta na sede da Companhia, incluindo, os seguintes: (i) a apresentação da administração sobre os negócios e os principais fatos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme documentos rubricados e arquivados na sede da Companhia; (ii) a cópia das demonstrações financeiras; e (iii) o parecer dos auditores independentes.

Paranaguá/PR, 12 de abril de 2024.
João Gilberto Cominese Freire
Presidente do Conselho de Administração

Balanços, Atas, Súmulas ou Editais?

www.bemparana.com.br
BEM PARANÁ 3350.6620

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

ITAMBÉ
Cimento para toda obra

CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da Cia. de Cimento Itambé, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis vigentes no Brasil, notadamente a Lei das Sociedades por Ações (Leis 6.404 de 1976 e 11.638 de 2007), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo (IASB).
Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	77.188	87.157	83.837	103.826
Títulos e valores mobiliários	6	16.792	18.000	16.792	18.000
Contas a receber de clientes	7	138.537	130.659	139.760	130.659
Estoques	8	138.945	105.280	139.002	105.280
Tributos a recuperar	9	15.801	14.740	16.780	15.485
Dividendos a receber	29.b	942	47	942	47
Outras contas a receber	10	17.822	21.002	17.838	21.049
		406.027	376.885	414.951	394.346
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	9	3.665	3.100	3.665	3.191
Depósitos judiciais	19.b	10.065	17.750	10.065	17.750
Outras contas a receber	10	15.483	1.819	2.961	2.294
		29.213	22.669	16.691	23.235
Investimentos	11.a	71.841	67.202	9.066	9.719
Intangível	14	16.424	16.562	16.424	16.562
Imobilizado	12.a e 12.b	950.350	781.609	1.007.938	809.325
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	15	13.100	16.909	7.181	5.656
Ativos biológicos	13	5.041	6.642	23.646	21.476
		1.085.969	911.593	1.080.946	885.973
Total do ativo		1.491.996	1.288.478	1.495.897	1.280.319

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	16	59.950	53.829	66.662	54.097
Salários e encargos sociais		22.050	18.098	22.156	18.135
Imposto de renda e contribuição social a pagar		18.516	17.900	18.991	18.365
Outros tributos e contribuições	17	14.369	14.166	14.674	14.285
Financiamentos e empréstimos	18	39.802	44.456	39.802	44.456
Adiantamentos de clientes		7.330	7.018	7.398	7.035
Dividendos a pagar	29.c	42.006	42.000	42.006	42.000
Contratos de arrendamentos	21	8.614	7.721	2.695	1.029
Outras contas a pagar	20	15.690	15.850	17.261	17.539
		228.327	221.038	231.645	216.941
Não circulante					
Financiamentos e empréstimos	18	106.302	23.281	106.302	23.281
Provisão para riscos	19.a	2.798	2.192	2.798	2.192
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.a	33.535	32.762	33.535	32.762
Contratos de arrendamentos	21	5.355	9.981	5.355	5.420
Outras contas a pagar	20	3.704	2.520	3.704	2.520
		151.694	70.736	151.694	66.175
Total do passivo		380.021	291.774	383.339	283.116
Patrimônio líquido	22				
Capital social		463.918	463.918	463.918	463.918
Reservas de lucros		648.603	533.413	648.603	533.413
Ajustes de avaliação patrimonial		(546)	(627)	(546)	(627)
		1.111.975	996.704	1.111.975	996.704
Participação quotistas não controladores		–	–	583	499
Total do patrimônio líquido		1.111.975	996.704	1.112.558	997.203
Total do passivo e patrimônio líquido		1.491.996	1.288.478	1.495.897	1.280.319

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de vendas	24	1.285.772	1.219.549	1.285.869	1.221.845
Valor justo dos ativos biológicos	24	(1.556)	2.319	2.142	(1.059)
Custo das vendas e dos serviços	25	(905.700)	(889.003)	(883.282)	(868.985)
Lucro Bruto		378.516	332.865	404.729	351.801
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	25	(27.197)	(28.107)	(27.197)	(28.107)
Despesas gerais e administrativas	25	(64.864)	(53.652)	(65.943)	(54.274)
Outras receitas (despesas), líquidas	26	1.748	11.168	1.764	11.288
Resultado de equivalência patrimonial	11.d e 11.e	24.533	18.431	242	199
Lucro operacional antes do resultado financeiro		312.736	280.705	313.595	280.907
Receitas financeiras		18.725	15.270	20.707	18.002
Despesas financeiras		(16.035)	(10.144)	(16.059)	(10.151)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	27	2.690	5.126	4.648	7.851
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		315.426	285.831	318.243	288.758
Imposto de renda e contribuição social - corrente	28.b	(96.383)	(81.333)	(99.116)	(84.243)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	28.b	(772)	(6.206)	(772)	(6.206)
Lucro líquido do exercício		218.271	198.292	218.355	198.309
Atribuível a					
Acionistas controladores				218.271	198.292
Acionistas não controladores				84	17
				218.355	198.309
Ações em circulação no final do exercício (Em milhares)	23	28.020.507	28.020.507		
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)		0,0078	0,0071		

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Investimentos	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021		431.920	(709)	81.655	–	384.546	–	897.412	562	897.974
Realização do custo atribuído reflexo em coligada	22.f	–	82	–	–	(82)	–	–	–	–
Aumento de capital		31.998	–	–	–	(31.998)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	198.292	198.292	17	198.309
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	22.b	–	–	9.915	–	–	(9.915)	–	–	–
Dividendos propostos		–	–	–	–	–	(99.000)	(99.000)	(80)	(99.080)
Reserva de retenção de lucros	22.d	–	–	–	89.377	–	(89.377)	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2022		463.918	(627)	91.570	89.377	352.466	–	996.704	499	997.203
Realização do custo atribuído reflexo em coligada	22.f	–	81	–	–	(81)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	218.271	218.271	84	218.355
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	22.b	–	–	1.214	–	–	(1.214)	–	–	–
Dividendos propostos	22.c	–	–	–	–	–	(103.000)	(103.000)	–	(103.000)
Reserva de retenção de lucros	22.d	–	–	–	114.057	–	(114.057)	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2023		463.918	(546)	92.784	203.434	352.385	–	1.111.975	583	1.112.558

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto o lucro por ação)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**218.271**	**198.292**	**218.355**	**198.309**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	218.271	198.292	218.355	198.309
Atribuível a				
Acionistas controladores			218.271	198.292
Acionistas não controladores			84	17
			218.355	198.309

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		315.426	285.831	318.243	288.758
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa					
Depreciação, amortização e exaustão		67.748	64.162	69.010	66.803
Depreciação sobre direito de uso arrendamento	15	8.786	8.103	2.867	2.829
(Reversão) provisão para contingências e depósitos judiciais		752	(169)	752	(169)
(Reversão) provisão para obsolescência	8	796	63	796	63
(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(280)	(1.815)	(297)	(1.936)
Perda (lucro) na alienação/baixa do ativo imobilizado e intangível		1.184	2.582	1.184	3.270
Variação no valor justo do ativo biológico	13.b	1.556	(2.319)	(2.142)	115
Juros e variações monetárias		7.670	1.104	7.630	5.078
Resultado de equivalência patrimonial	11.d e 11.e	(24.533)	(18.431)	(242)	(199)
		379.105	339.477	397.801	360.920
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes	7	(7.598)	(32.854)	(8.804)	(32.826)
Estoques	8	(34.461)	(25.500)	(34.518)	(25.500)
Tributos a recuperar		(559)	(859)	(662)	(858)
Depósitos Judiciais		8.401	14.518	8.401	14.518
Outras contas a receber	10	(10.484)	(12.805)	2.544	(12.020)
Fornecedores	16	6.121	14.089	12.565	16.670
Impostos, tributos, encargos e contribuições a recolher	17	203	5.986	389	5.934
Salários e encargos		3.952	1.900	4.021	1.902
Outras contas a pagar		1.335	(7.769)	1.269	(7.995)
Caixa proveniente das operações		346.015	296.183	383.006	320.745
(Pagamento) de juros sobre financiamentos		(5.298)	(3.857)	(5.298)	(3.857)
Juros sobre arrendamentos		(1.401)	(1.348)	(888)	(677)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(95.766)	(78.776)	(98.489)	(81.697)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		243.550	212.202	278.331	234.514
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de bens do ativo imobilizado	12.a e 12.b	(241.087)	(121.787)	(271.476)	(122.445)
Aquisição de bens do ativo biológico	13	(9)	(67)	(827)	(839)
Aquisição de bens do ativo intangível	14	(833)	(8.167)	(833)	(8.167)
Resgate (aplicação) em títulos e valores mobiliários	6	1.208	206	1.208	206
Valor recebido pela venda de imobilizado e intangível		4.439	4.273	4.439	4.273
Dividendos recebidos		19.000	23.100	–	280
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(217.282)	(102.442)	(267.489)	(126.692)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Obtenção de financiamentos e empréstimos, principal		100.563	63.391	100.563	63.391
(Pagamento) de financiamentos e empréstimos, principal		(26.497)	(14.396)	(26.497)	(14.396)
(Pagamento) de obrigações de passivo de arrendamento	21	(7.309)	(6.465)	(1.903)	(1.863)
Dividendos pagos		(102.994)	(99.000)	(102.994)	(99.080)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(36.237)	(56.470)	(30.831)	(51.948)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(9.969)	53.290	(19.989)	55.874
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	87.157	33.867	103.826	47.952
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	77.188	87.157	83.837	103.826
Transações que não afetaram o caixa					
Aumento de capital social com reservas de lucros	22.a	–	31.998	–	31.998

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

PIPA
Programa ITAMBÉ de Participação Social
Gestão Ambiental Itambé
Assessoria Técnica Itambé

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Contexto operacional

A Cia. de Cimento Itambé (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") têm sede em Curitiba - PR e fábrica situada em Balsa Nova - PR.

A Companhia tem como atividades principais a mineração de calcário em geral, em jazidas existentes em suas propriedades, cujas autorizações de direito de lavra datam de 1976, a industrialização e comercialização de cimento, cal, calcário, seus derivados e similares, além de serviços de concretagem, bombeamento de concreto e atividades correlatas.

A controlada integral, Itambé Energética S.A. tem como atividade a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, autorizada a operar pela Resolução nº 301, de 16 de agosto de 2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A controlada Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda. tem por objeto social a administração de bens exclusivamente próprios, compreendendo a compra e venda e a locação de bens imóveis próprios, a incorporação de empreendimentos imobiliários, o cultivo de mudas em viveiros florestais, a extração de madeiras em florestas plantadas, o comércio atacadista de madeira e produtos derivados, atividades de apoio à produção florestal e a participação no capital social de outras empresas, como investidora, acionista ou quotista. Iniciou suas atividades em 12 de novembro de 2019.

A aprovação da emissão e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidados foi autorizada pela diretoria em 21 de março de 2024.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no final de cada período de relatório, e para ativos biológicos, os quais são mensurados ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Continuidade operacional

Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.2. Base de consolidação e investimento em controlada

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) As Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

O controle é obtido quando a Companhia:

• Tem o poder sobre a investida;

• Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e,

• Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

Em 2023, a Companhia possui participação em duas controladas, sendo, Itambé Energética S.A. com participação de 100% no respectivo capital social e Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda. com participação de 99% no respectivo capital social, nota explicativa nº 11.a.

Controladas	Controle	Porcentagem de participação (%) 2023	2022
Itambé Energética S.A.	Direto	100	100
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Direto	99	99
Itá Energética S.A.	Influência significativa	2,5	2,5

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações, saldos e ganhos não realizados em operações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de mensuração:

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado;

• Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

2.5.2. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3. Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, exceto se tal ativo não seja mensurado ao valor justo por meio do resultado.

O Grupo possui ativos financeiros mensurados de acordo com as categorias a seguir:

• Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros. As contas a receber, dividendos a receber e outras contas a receber estão classificadas nesse grupo. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

• Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos e valores mobiliários considerados como caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras estão considerados neste grupo. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja, subsequentemente, mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

2.5.4. *Impairment*

O Grupo passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e considera também os saldos vencidos.

2.5.5. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros quando resultantes da transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

2.6.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

• For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; ou

• No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

• For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros e é incluído no resultado.

Os ganhos ou as perdas resultantes de contratos de garantia financeira emitidos e designados pelo Grupo ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

2.6.2. Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

2.6.3. Ganho ou perda de variação cambial

Para passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e mensurados ao custo amortizado no final de cada período de relatório, os ganhos ou as perdas de variação cambial são determinados com base no custo amortizado dos instrumentos. Esses ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na rubrica "Variação Cambial" no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada. Para aqueles designados como instrumento de hedge para proteção contra o risco de câmbio, os ganhos e as perdas de variação cambial são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados em um componente separado do patrimônio.

O valor justo dos passivos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no encerramento do exercício. Para passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o componente de câmbio é parte integrante dos ganhos ou perdas de valor justo e é reconhecido no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas esperadas.

2.8. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Estão incluídos na rubrica de estoques os materiais para a manutenção de equipamentos e veículos, que não sejam de uso exclusivo para determinado equipamento e vitais para a manutenção e funcionamento das linhas de produção.

2.9. Ativos intangíveis

a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada - nota explicativa nº 14.

b) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

c) Direito sobre recursos naturais

São contabilizados os direitos de uso da mina em contrapartida ao passivo ambiental para reconstituir a mina registrado em outras contas a pagar.

2.10. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e menos redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e construções	60
Máquinas e equipamentos	15
Veículos	11
Móveis, utensílios e equipamentos	15
Outros componentes	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.11. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à depreciação ou amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável *(impairment)*.

Os ativos que têm vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC - Unidades Geradoras de Caixa).

2.12. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo deduzidas das despesas de venda são reconhecidas no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 13. A mensuração dos ativos biológicos é feita anualmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

2.13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14. Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.15. Passivos ambientais

Os passivos ambientais, que compreendem os gastos representativos a serem incorridos com o fechamento de mina decorrentes do encerramento das atividades, estão registrados como obrigação com desmobilização de ativo. As obrigações consistem, principalmente, em custos associados com encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), encontra-se registrado no ativo intangível.

A parcela do passivo está registrada pelo valor presente pelo mesmo prazo da desmobilização. Esses passivos estão contabilizados em outras contas a pagar, no passivo não circulante.

2.16. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

PIPA
Programa ITAMBÉ de Participação Social
Gestão Ambiental Itambé
Assessoria Técnica Itambé

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou, substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia calcula e recolhe o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pelo regime tributação de lucro real.

As controladas Itambé Energética S.A. e Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., calculam e recolhem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com base no regime de tributação do lucro presumido.

2.18. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São registrados por seus valores de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes calculados até a data do balanço.

2.19. Capital social

As ações de capital são classificadas no patrimônio líquido.

2.20. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base nas determinações do Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre as empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita com base nos seguintes critérios:

a) Venda de produtos

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando: (i) na identificação dos contratos (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) com os clientes; (ii) quando puder identificar as obrigações de desempenho; (iii) quando puder determinar o preço da transação; (iv) quando puder alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) quando (ou à medida que) o Grupo satisfaz uma obrigação de desempenho.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida no momento da transferência do seu controle, ou seja, quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

b) Venda de serviços de concretagem

A Companhia presta serviços de concretagem. Esses serviços são prestados com base no tempo e no material aplicado ou, como um contrato de preço fixo. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.

c) Reconhecimento de venda de energia elétrica

Na essência a receita é reconhecida quando do registro da venda e liquidação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

d) Reconhecimento de venda de madeira e imóveis e locação de imóveis

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de madeiras/imóveis e pela locação dos imóveis. As receitas de vendas de produtos/imóveis são reconhecidas no momento da transferência do seu controle, ou seja, quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. As receitas com locações de imóveis são reconhecidas no período em que as locações são realizadas.

e) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados, inclusive participação nos lucros, são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

b) Planos de contribuição definida

Obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. São pagas em contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não implicam em obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais.

O Grupo não concede outros benefícios de longo prazo aos seus empregados.

2.23. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevantes ativos e passivos foram ajustados a valor presente. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros aplicável. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

2.24. Arrendamentos

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, quando aplicável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, o Grupo opta por reconhecer uma despesa de arrendamento pelo método linear.

a) Taxa de desconto

O Grupo aplica a expectativa futura das obrigações ativas de 10% (10% em 2022) ao ano para todos os arrendamentos (novos, renovações, aditamentos).

2.25. Normas novas e alterações em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o a Companhia e suas controladas aplicaram uma série de alterações aos pronunciamentos contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são obrigatoriamente válidas para o período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Aplicável a períodos anuais com início em/ou após	Assunto
CPC 36 (R3); e CPC 18 (R2)	Não definida	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações ao CPC 26 (R1)	01/01/23	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 50	01/01/23	Contratos de Seguros
Alterações ao CPC 26 (R1)	01/01/23	Divulgação de Políticas Contábeis
Declaração da Prática 2		
Alterações ao CPC 23	01/01/23	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações ao CPC 32	01/01/23	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

• Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu/revisou algumas normas, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após, e que a Companhia e suas controladas também não esperam impactos em suas Demonstrações Financeiras quando da adoção destas normas, conforme a seguir:

Norma	Data de vigência	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2024, aplicação retrospectiva.	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas, o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
CPC 6 (R2): Arrendamentos	01/01/2024, aplicação retrospectiva.	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.
CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2024, aplicação retrospectiva.	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, Reverse factoring, Confirming e/ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em períodos futuros.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não sejam facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Às estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis e que podem mais significativamente afetar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Passivos contingentes

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

b) Ativo biológico

Na determinação do valor justo dos ativos biológicos, o Grupo utiliza o método de fluxo de caixa descontado, considerando a produtividade projetada das florestas, levando em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos. Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, potencial produtivo e idade das florestas, entre outras premissas.

Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar valorização ou desvalorização desses ativos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a riscos financeiros de mercado, crédito e de liquidez. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A Administração identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de crédito e risco de liquidez, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

a.1) Cambial

Em 2023 o risco cambial do Grupo deve-se a exposição às oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras que compõem as suas relações operacionais, e podem afetar o fluxo de caixa e resultados. A exposição cambial decorrente das operações no exterior é parcialmente protegida por meio de fundo cambial detalhado na nota explicativa nº 6.

a.2) Taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros.

Parte significativa dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e os financiamentos e empréstimos estão indexados principalmente aos índices CDI e TJLP, sendo o resultado financeiro parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

O Grupo periodicamente monitora tais exposições frente ao comportamento do mercado financeiro e, se necessário, avalia a necessidade de alteração na composição da sua carteira de investimentos e, também do seu endividamento.

b) Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu saldo do contas a receber de clientes.

c) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros não derivativos da Controladora e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

				Controladora
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	53.615	–	–	–
Fornecedores - partes relacionadas	6.335	–	–	–
Financiamentos	39.802	13.714	62.165	30.423
Arrendamentos	8.614	1.914	3.441	–
Adiantamento de clientes	7.330	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	52.304	–	–	–
Fornecedores - partes relacionadas	1.525	–	–	–
Financiamentos	44.456	9.358	13.923	–
Arrendamentos	7.721	8.025	1.956	–
Adiantamento de clientes	7.018	–	–	–

				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	66.662	–	–	–
Financiamentos	39.802	13.714	62.165	30.423
Arrendamentos	2.695	1.914	3.441	–
Adiantamento de clientes	7.398	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	54.097	–	–	–
Financiamentos	44.456	9.358	13.923	–
Arrendamentos	1.029	3.464	1.956	–
Adiantamento de clientes	7.035	–	–	–

4.2. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do Grupo a Administração pode propor, e os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Total dos financiamentos	146.104	67.737	146.104	67.737
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(77.188)	(87.157)	(83.837)	(103.826)
Menos: títulos e valores mobiliários	(16.792)	(18.000)	(16.792)	(18.000)
Sobra líquida	52.124	(37.420)	45.475	(54.089)
Total do patrimônio líquido	1.116.461	996.704	1.117.114	997.203
Total do capital	1.168.585	959.284	1.162.589	943.114
Índice de alavancagem financeira - %	4%		4%	

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, líquido da provisão para devedores duvidosos, e contas a pagar aos fornecedores e financiamentos e empréstimos pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerados os prazos de vencimento de curto prazo e também a utilização de linhas de crédito disponíveis e com taxa de juros aplicáveis aos participantes do mercado em geral.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2023.

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	95.029	–	–	95.029
Total do ativo	95.029	–	–	95.029

4.4. Instrumentos Financeiros

a) Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	77.188	87.157	83.837	103.826
Títulos e valores mobiliários	16.792	18.000	16.792	18.000
	93.980	105.157	100.629	121.826
Custo amortizado				
Contas a receber	138.537	130.659	139.760	130.659
Dividendos a receber	942	47	942	47
Outras contas a receber	33.305	22.821	20.799	23.343
	172.784	153.527	161.501	154.049
	266.764	258.684	262.130	275.875
Passivos conforme o balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	59.950	53.829	66.662	54.097
Financiamentos	146.104	67.737	146.104	67.737
Dividendos a pagar	42.006	42.000	42.006	42.000
	248.060	163.566	254.772	163.834

Os valores justos dos instrumentos financeiros demonstrados na tabela acima se aproximam de seus valores contábeis. Com relação aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem.

b) Análise de sensibilidade de taxas de juros

O Grupo mantém aplicações financeiras que acompanham a variação do CDI (NTN-B).

PIPA Programa ITAMBÉ de Participação Social
Gestão Ambiental Itambé
Assessoria Técnica Itambé

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As análises de sensibilidade para as variações dessas taxas são demonstradas abaixo.

Cenários considerando a alta na taxa CDI:

	Saldo em 2023	Cenário I - provável (i)	Cenário I - 25% (ii)	Cenário I - 50% (iii)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
Elevação do CDI	93.980	8.458	10.573	12.687
Impacto no resultado	–	–	2.115	4.229
Taxa		9,00%	11,25%	13,50%

(i) Considera à taxa CDI de 9,00% para a projeção do cenário provável.
(ii) Considera elevação do CDI em 25%.
(iii) Considera elevação do CDI em 50%.

Cenários considerando a queda na taxa CDI:

	Saldo em 2023	Cenário II - provável (i)	Cenário II - 25% (ii)	Cenário II - 50% (iii)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
Queda do CDI	93.980	8.458	6.344	4.229
Impacto no resultado	–	–	(2.115)	(4.229)
Taxa		9,00%	6,75%	4,50%

(i) Considera à taxa CDI de 9,00% para a projeção do cenário provável.
(ii) Considera queda do CDI em 25%.
(iii) Considera queda do CDI em 50%.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	5.523	6.691	5.600	6.726
Certificados de depósitos bancários (CDB) (i)	10.418	88	12.274	1.234
Aplicação saldo conta-corrente (ii)	11.521	7.667	16.076	10.029
Fundos de investimentos (iii)	49.726	72.711	49.887	85.837
	77.188	87.157	83.837	103.826

Referem-se, basicamente, a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, composto, substancialmente, por:

(i) Certificados de depósito bancários remunerados à taxa de 98% a 102,25% (98% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Saldo conta corrente remunerados à taxa de 70% a 85% (70% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em compromissadas de terceiros.

(iii) Fundos de Investimentos Financeiros - FIF, cujas rentabilidades variam de 49,97% a 120,47% (51,25% a 109,89% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fundo Cambial (i)	16.792	18.000	16.792	18.000
	16.792	18.000	16.792	18.000

(i) Fundo cambial, de longo prazo, com taxa de -159,11% a 8,91% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (-4,31% a 174% em 2022).

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Duplicatas a receber	143.263	135.665	145.494	136.690
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.726)	(5.006)	(5.734)	(6.031)
	138.537	130.659	139.760	130.659

Para o ano de 2023 o prazo médio de recebimento é de aproximadamente 36 dias na divisão Cimento e 31 dias na divisão Concreto (aproximadamente 37 dias para a divisão Cimento e 32 dias para a divisão Concreto em 2022).

Os vencimentos das contas a receber são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	128.124	124.199	129.347	124.200
Vencidos até 30 dias	4.808	6.412	4.808	6.412
Vencidos de um mês a três meses	1.984	86	1.984	86
Vencidos de três meses a seis meses	89	57	89	57
Vencidos há mais de seis meses	8.258	4.911	9.266	5.935
	143.263	135.665	145.494	136.690

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes do Grupo e suas controladas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
No início do exercício	5.006	6.821	6.031	7.966
Adições à provisão para crédito de liquidação duvidosa	153	430	153	430
Baixas/reversão à provisão para crédito de liquidação duvidosa	(433)	(2.245)	(450)	(2.365)
No final do exercício	4.726	5.006	5.734	6.031

A exposição do Grupo a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas a receber, bem como às políticas de gerenciamento de tais riscos são divulgadas na nota explicativa nº 4.1.b.

8. ESTOQUES

	Controladora	
	2023	2022
Produtos acabados	7.252	8.055
Produtos em elaboração	45.519	29.965
Matérias-primas	10.779	7.453
Material de embalagem	1.065	654
Materiais combustíveis	15.176	21.213
Materiais para manutenção de equipamentos e veículos	54.762	35.617
Materiais auxiliares e de consumo	7.378	4.513
Provisão para obsolescência (i)	(2.986)	(2.190)
	138.945	105.280

	Consolidado	
	2023	2022
Produtos acabados	7.252	8.055
Produtos em elaboração	45.519	29.965
Matérias-primas	10.779	7.453
Material de embalagem	1.065	654
Materiais combustíveis	15.176	21.213
Materiais para manutenção de equipamentos e veículos	54.762	35.617
Materiais auxiliares e de consumo	7.435	4.513
Provisão para obsolescência (i)	(2.986)	(2.190)
	139.002	105.280

(i) A Companhia realiza, em bases anuais, análise nos estoques com o objetivo de identificar itens sem previsão de consumo, obsoletos, vencidos, fora de uso. As análises identificaram a necessidade de complementar a provisão no valor total de R$ 796 no exercício de 2023 (provisão de R$ 187 em 2022), conforme demonstrado pela movimentação no quadro abaixo.

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	(2.190)	(2.003)
Reversão de provisões	630	1.074
Constituição de provisões	(1.426)	(1.261)
Saldo no final do exercício	(2.986)	(2.190)

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS	–	–	–	150
COFINS	–	–	–	420
Imposto de renda (i)	9.576	9.437	9.713	9.586
Contribuição social (i)	3.454	3.171	3.508	3.288
Crédito de ICMS sobre ativo imobilizado (CIAP)	6.089	4.885	6.877	4.885
Outros	347	347	347	347
	19.466	17.840	20.445	18.676
Circulante	15.801	14.740	16.780	15.485
Não circulante	3.665	3.100	3.665	3.191

(i) Refere-se substancialmente a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos diversos (fornecedores, salários, etc.) (i)	22.699	7.079	10.553	7.248
Despesas do exercício seguinte (seguros)	1.187	2.332	1.191	2.332
Ação Controverso Banco Central-Precatórios (ii)	7.475	–	7.475	–
Adiantamento para importação	–	10.773	–	10.773
Outras contas a receber	1.944	2.637	1.580	2.990
	33.305	22.821	20.799	23.343
Circulante	17.822	21.002	17.838	21.049
Não circulante	15.483	1.819	2.961	2.294

(i) A Companhia realizou adiantamentos, no montante de R$ 13.500, para aumento no investimento junto a controlada Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

(ii) Ação Controverso, oriunda da Ação de Execução nº 50085747520104047000, em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba/PR., em face do Banco Central do Brasil, na qual buscou obter a diferença da correção monetária dos valores bloqueados em razão dos planos cruzados novos, verão e Collor.

11. INVESTIMENTOS

a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	57.679	49.398	–	–
Itambé Energética S.A.	5.096	8.085	–	–
Itá Energética S.A.	9.066	9.719	9.066	9.719
	71.841	67.202	9.066	9.719

b) Informações sobre investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2023:

	Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Itambé Energética S.A.
Patrimônio líquido		
Capital social	37.414	4.044
Reservas de lucros	20.848	1.052
Total do patrimônio líquido	58.262	5.096
Lucro líquido do exercício	8.365	16.010
Participações da Companhia - ações ordinárias	37.040	11.114
Percentual de participação no capital total - %	99	100

c) Informação de coligada em 31 de dezembro de 2023

	Itá Energética S.A.
Patrimônio líquido	
Capital social	350.136
Reservas de lucros	12.488
Total do patrimônio líquido	362.624
Lucro líquido do exercício	9.681
Participações da Companhia - ações ordinárias	13.005
Percentual de participação no capital total - %	2,5

Em função do aspecto estratégico do suprimento de energia elétrica para suas atividades, a Companhia participa com 2,5% no capital social da Itá Energética S.A., integrando o consórcio constituído para a construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Itá, nos municípios de Itá e Aratiba, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A concessão para a exploração é até dezembro de 2032. Devido à influência exercida no processo decisório do consórcio, o investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

d) Evolução dos investimentos (Controladora)

	Controladora			
	Itambé Energética S.A.	Itá Energética S.A.	Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Total
Em 31 de dezembro de 2021	6.468	9.587	55.603	71.658
Dividendos recebidos (a receber)	(14.900)	(67)	(7.920)	(22.887)
Resultado de equivalência patrimonial	16.518	199	1.715	18.431
Em 31 de dezembro de 2022	8.086	9.719	49.398	67.202
Dividendos recebidos (a receber)	(19.000)	(895)	–	(19.895)
Resultado de equivalência patrimonial	16.010	242	8.280	24.533
Em 31 de dezembro de 2023	5.096	9.066	57.679	71.841

e) Evolução dos investimentos (Consolidado)

	Itá Energética S.A.
Em 31 de dezembro de 2021	9.587
Dividendos	(67)
Resultado de equivalência patrimonial	199
Em 31 de dezembro de 2022	9.719
Dividendos	(895)
Resultado de equivalência patrimonial	242
Em 31 de dezembro de 2023	9.066

f) Outras informações sobre os investimentos

Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

Em 12 de novembro de 2019, a Cia. de Cimento Itambé e a coligada Sita Transporte de Cargas S.A., constituíram investimento na Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., que tem por objeto social a administração de bens exclusivamente próprios, compreendendo a compra e venda e a locação de bens imóveis próprios; a incorporação de empreendimentos imobiliários; o cultivo de mudas em viveiros florestais; a extração de madeiras em florestas plantadas; o comércio atacadista de madeira e produtos derivados; atividades de apoio à produção florestal e a participação no capital social de outras empresas, como investidora, acionista ou quotista. A Cia. de Cimento Itambé participa com 99% no capital da Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

Itá Energética S.A.

Em função do aspecto estratégico do suprimento de energia elétrica para suas atividades, a Cia. de Cimento Itambé participa com 2,5% no capital social da Itá Energética S.A., integrando o consórcio constituído para a construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Itá, nos municípios de Itá e Aratiba, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A concessão para a exploração é até dezembro de 2032. Devido à influência exercida no processo decisório do consórcio, o investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Itambé Energética S.A.

A Cia. de Cimento Itambé participa com 100% no capital social da Itambé Energética S.A., que tem como atividade a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, autorizada a operar pela Resolução nº 301, de 16 de agosto de 2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

12. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Terrenos	Edificações, instalações e benfeitorias imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Imobilizado de peças para reposição	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2021									
Custo	3.723	558.120	608.595	70.380	3.388	32.053	45.041	5.601	1.326.901
Depreciação acumulada	–	(222.206)	(325.368)	(46.674)	(2.827)	–	–	(3.304)	(600.379)
Saldo contábil, líquido	3.723	335.914	283.227	23.706	561	32.053	45.041	2.297	726.522
Em 31 de dezembro de 2022									
Saldo inicial	3.723	335.914	283.227	23.706	561	32.053	45.041	2.297	726.522
Transferências	–	10.524	29.452	52	75	(28.319)	(12.438)	654	–
Aquisições	781	39	22.620	22.429	39	66.622	8.854	403	121.787
Baixas de custo	–	(2)	(2.947)	(5.686)	(11)	(2.042)	(53)	(82)	(10.823)
Transferência depreciação	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Baixas de depreciação acumulada	–	2	1.906	5.056	10	–	–	74	7.048
Depreciação	–	(17.837)	(40.627)	(3.648)	(77)	–	–	(736)	(62.925)
Saldo contábil, líquido	4.504	328.640	293.631	41.909	597	68.314	41.404	2.610	781.609
Em 31 de dezembro de 2022									
Custo	4.504	568.681	657.720	87.175	3.491	68.314	41.404	6.576	1.437.865
Depreciação acumulada	–	(240.041)	(364.089)	(45.266)	(2.894)	–	–	(3.966)	(656.256)
Saldo contábil, líquido	4.504	328.640	293.631	41.909	597	68.314	41.404	2.610	781.609
Em 31 de dezembro de 2023									
Saldo inicial	4.504	328.640	293.631	41.909	597	68.314	41.404	2.610	781.609
Transferências	–	32.149	42.115	265	240	(68.933)	(6.455)	619	–
Aquisições	–	–	30.689	19.061	87	179.749	11.117	384	241.087
Baixas de custo	–	–	(7.602)	(861)	(56)	(841)	(81)	(74)	(9.515)
Baixas de depreciação acumulada	–	343	2.803	685	51	–	–	63	3.945
Depreciação	–	(19.211)	(41.003)	(5.661)	(90)	–	–	(811)	(66.776)
Saldo contábil, líquido	4.504	341.921	320.633	55.398	829	178.289	45.985	2.791	950.350
Em 31 de dezembro de 2023									
Custo	4.504	600.830	722.922	105.640	3.762	178.289	45.985	7.505	1.669.437
Depreciação acumulada	–	(258.909)	(402.289)	(50.242)	(2.933)	–	–	(4.714)	(719.087)
Saldo contábil, líquido	4.504	341.921	320.633	55.398	829	178.289	45.985	2.791	950.350
Taxa anual média de depreciação - %	–	3	6	5	2	–	–	11	–

PIPA Programa ITAMBÉ de Participação Social
Gestão Ambiental Itambé
Assessoria Técnica Itambé

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

ITAMBÉ Cimento para toda obra

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Terrenos	Edificações, instalações e benfeitorias imóveis terceiros	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento (i)	Imobilizado de peças para reposição	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2022									
Custo	21.856	568.088	608.674	70.380	3.387	33.006	45.041	5.604	1.356.036
Depreciação acumulada	–	(223.174)	(325.381)	(46.674)	(2.827)	–	–	(3.304)	(601.360)
Saldo contábil, líquido	21.856	344.914	283.293	23.706	560	33.006	45.041	2.300	754.676
Em 31 de dezembro de 2022									
Saldo inicial	21.856	344.914	283.293	23.706	560	33.006	45.041	2.300	754.676
Transferências	–	10.524	29.452	52	75	(28.319)	(12.438)	654	–
Aquisições	889	39	22.620	22.429	39	67.256	8.854	403	122.529
Baixas de custo	–	(2)	(2.947)	(5.686)	(11)	(2.730)	(53)	(82)	(11.511)
Baixas de depreciação acumulada	–	2	1.906	5.056	10	–	–	74	7.048
Depreciação	–	(18.307)	(40.649)	(3.648)	(77)	–	–	(736)	(63.417)
Saldo contábil, líquido	22.745	337.170	293.675	41.909	596	69.213	41.404	2.613	809.325
Em 31 de dezembro de 2022									
Custo	22.745	578.649	657.799	87.175	3.490	69.213	41.404	6.579	1.467.054
Depreciação acumulada	–	(241.479)	(364.124)	(45.266)	(2.894)	–	–	(3.966)	(657.729)
Saldo contábil, líquido	22.745	337.170	293.675	41.909	596	69.213	41.404	2.613	809.325
Em 31 de dezembro de 2023									
Saldo inicial	22.745	337.170	293.675	41.909	596	69.213	41.404	2.613	809.325
Transferências	–	32.149	42.351	265	240	(69.168)	(6.455)	618	–
Aquisições	9.806	–	32.189	19.061	87	198.832	11.117	384	271.476
Baixas de custo	–	–	(7.602)	(861)	(56)	(841)	(81)	(74)	(9.515)
Baixas de depreciação acumulada	–	343	2.803	685	51	–	–	63	3.945
Depreciação	–	(19.681)	(41.050)	(5.661)	(90)	–	–	(811)	(67.293)
Saldo contábil, líquido	32.551	349.981	322.366	55.398	828	198.036	45.985	2.793	1.007.938
Em 31 de dezembro de 2023									
Custo	32.551	610.798	724.737	105.640	3.761	198.036	45.985	7.507	1.729.015
Depreciação acumulada	–	(260.817)	(402.371)	(50.242)	(2.933)	–	–	(4.714)	(721.077)
Saldo contábil, líquido	32.551	349.981	322.366	55.398	828	198.036	45.985	2.793	1.007.938
Taxa anual média de depreciação - %	–	3	6	5	2	–	–	11	–

(i) Imobilizado em Andamento correspondem, principalmente, a projetos de modernização da linha 1 e atualização tecnológica do parque fabril com data de conclusão prevista para dezembro de 2024.

Conforme nota explicativa nº 18.e., a Companhia possui equipamentos e máquinas dados como garantia em operações de financiamentos (FINAME) no montante de R$ 26.299 em 2023 (R$ 29.411 em 2022). O Saldo das operações financiadas até o exercício 2023 somam R$ 146.104 (R$ 67.737 em 2022).

O Grupo periodicamente revisa a vida útil econômica estimada dos seus ativos imobilizados para fins de cálculo de depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens imobilizados.

A depreciação encontra-se alocada ao resultado conforme segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesa com depreciação	1.381	1.161	2.311	2.091
Custo com depreciação	65.395	61.764	64.982	61.326
	66.776	62.925	67.293	63.417

13. ATIVOS BIOLÓGICOS

a) Composição do saldo

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Custo corrigido, considerando o ajuste ao valor justo	8.376	9.924	31.686	28.718
Exaustão acumulada	(3.335)	(3.282)	(8.040)	(7.242)
Projetos de reflorestamento	5.041	6.642	23.646	21.476

b) Movimentação

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo no inicio do exercício	6.642	4.640	21.476	23.369
Incremento de investimentos florestais	9	67	826	755
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(1.556)	2.319	2.142	(115)
Exaustão	(54)	(384)	(798)	(2.533)
Saldo no final do exercício	5.041	6.642	23.646	21.476

Na controladora, em 31 de dezembro de 2023, a madeira plantada abrangia aproximadamente 11 hectares de plantações de eucaliptos (10 hectares em 2022) e 217 hectares de plantações de pinus (214 hectares em 2022), que incluem desde plantações estabelecidas recentemente até plantações com 30 anos (não auditado).

Na controlada Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., em 31 de dezembro de 2023, a madeira plantada abrangia aproximadamente 13 hectares de plantações de eucaliptos (16 hectares em 2022) e 1.002 hectares de plantações de pinus (1.002 hectares em 2022), que incluem desde plantações estabelecidas recentemente até plantações com 30 anos (não auditado).

A controladora e sua controlada Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda efetuaram a remensuração de seus ativos biológicos, de acordo com o estabelecido pelo CPC 29. O efeito desta remensuração, em 31 de dezembro de 2023, foi um prejuízo de R$ 1.556 (lucro de R$ 2.319 em 2022) na controladora e lucro de R$ 3.698 (prejuízo de R$ 2.434 em 2022) na controlada.

c) O valor justo das florestas foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

• A projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

• A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde à taxa WACC de 8,83% ao ano;

• Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, potencial produtivo e idade das florestas, entre outros. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade; e,

• Os preços dos ativos biológicos, denominados em R$/metro cúbico são obtidos através de pesquisas de preços de mercado, divulgados por empresas especializadas.

14. INTANGÍVEL

	Controladora e consolidado				
	Marcas registradas, direitos e patentes	*Softwares*	Direito sobre recursos naturais (i)	Outros (ii)	Total
Em 1º de janeiro de 2022					
Custo	4.487	16.346	5.600	3.609	30.042
Amortização	(3.293)	(14.352)	(25)	(44)	(17.714)
Saldo contábil, líquido	1.194	1.994	5.575	3.565	12.328
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	1.194	1.994	5.575	3.565	12.328
Aquisições	–	1.128	–	7.039	8.167
Baixas de custo	–	–	(3.080)	–	(3.080)
Amortização	–	(829)	–	(24)	(853)
Saldo contábil, líquido	1.194	2.293	2.495	10.580	16.562
Em 31 de dezembro de 2022					
Custo	4.487	17.474	2.520	10.648	35.129
Amortização	(3.293)	(15.181)	(25)	(68)	(18.567)
Saldo contábil, líquido	1.194	2.293	2.495	10.580	16.562
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023					
Saldo inicial	1.194	2.293	2.495	10.580	16.562
Aquisições	–	695	10	128	833
Baixas de custo	–	(3.112)	(40)	(2)	(3.154)
Baixas de amortização acumulada	–	3.101	–	–	3.101
Amortização	–	(899)	(25)	6	(918)
Saldo contábil, líquido	1.194	2.078	2.440	10.712	16.424
Em 31 de dezembro de 2023					
Custo	4.487	15.057	2.490	10.774	32.808
Amortização	(3.293)	(12.979)	(50)	(62)	(16.384)
Saldo contábil líquido	1.194	2.078	2.440	10.712	16.424
Taxa anual média de amortização - %	–	6	1	–	

(i) Refere-se aos direitos sobre a mina de propriedade da Cia. de Cimento Itambé, onde é explorado o calcário. Para esse ativo é registrado um passivo em contrapartida referente aos gastos relacionados ao descomissionamento da mina, que serão incorridos quando ela for completamente exaurida.

(ii) Em 26 de maio de 2022, a Cia. de Cimento Itambé assinou o Termo de Acordo sobre a Alocação de Direitos e Obrigações Relacionados à Repactuação do Risco Hidrológico da Usina Itá, tendo como um dos principais objetos a compra/aquisição do Ativo Regulatório da ENGIE pela ITAMBÉ no valor atualizado de R$ 6.955.

15. DIREITO DE USO SOBRE CONTRATOS DE ARRENDAMENTOS

O Grupo analisa todos os contratos de arrendamento ativos.

Conforme permitido pela norma, foram desconsiderados da análise: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); (ii) contratos com valores individuais inferiores a US$ 5 (aproximadamente R$ 26); (iii) contratos em que o Grupo não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que o Grupo não tem o controle substancial sobre a definição de uso do ativo.

a) Composição e movimentação são apresentadas abaixo:

	Controladora		
	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo	35.465	545	36.010
Amortização acumulada	(18.988)	(113)	(19.101)
Em 31 de dezembro de 2022	**16.477**	**432**	**16.909**
Em 31 de dezembro de 2022			
Saldo inicial	16.477	432	16.909
Novos contratos	3.157	944	4.101
Remensuração	876	–	876
Contratos encerrados	(3.175)	(883)	(4.058)
Amortização de contratos encerrados	3.175	883	4.058
Amortização	(7.865)	(921)	(8.786)
Em 31 de dezembro de 2023	**12.645**	**455**	**13.100**
Custo	36.323	606	36.929
Amortização acumulada	(23.678)	(151)	(23.829)
Em 31 de dezembro de 2023	**12.645**	**455**	**13.100**
Taxas médias anuais de amortização - %	22%	152%	

Na composição acima há contratos de locação de imóveis entre a controladora e a controlada Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda. no valor total de R$ 5.919 (R$ 11.253 em 2022).

b) Movimentação de contratos de arrendamento com terceiros:

	Consolidado		
	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo	10.084	544	10.628
Amortização acumulada	(4.834)	(138)	(4.972)
Em 31 de dezembro de 2022	**5.250**	**406**	**5.656**
Em 31 de dezembro de 2022			
Saldo inicial	5.250	406	5.656
Novos contratos	3.157	944	4.101
Remensuração	291	–	291
Contratos encerrados	(3.175)	(883)	(4.058)
Amortização de contratos encerrados	3.175	883	4.058
Amortização	(1.946)	(921)	(2.867)
Em 31 de dezembro de 2023	**6.752**	**429**	**7.181**
Custo	10.357	605	10.962
Amortização acumulada	(3.605)	(176)	(3.781)
Em 31 de dezembro de 2023	**6.752**	**429**	**7.181**
Taxas médias anuais de amortização - %	19%	152%	

16. FORNECEDORES

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores	59.950	53.829	66.662	54.097
	59.950	53.829	66.662	54.097

O prazo médio de pagamento em 2023 foi de aproximadamente 23 dias (2022 foi de 23 dias).

17. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ICMS - Imposto s/circulação de mercadorias e serviços	7.626	8.432	7.677	8.432
PIS e COFINS	3.735	2.881	3.904	2.999
IRRF s/salários	1.371	1.265	1.372	150
Outros	1.637	1.588	1.721	2.704
	14.369	14.166	14.674	14.285

18. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

a) Composição dos saldos

Representam valores a pagar de contratos de financiamento concedidos através de linhas do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), diretamente ou por intermédio de outras instituições financeiras, para aquisição de máquinas e equipamentos industriais da Companhia, destinadas ao seu ativo imobilizado e capital de giro. Os saldos demonstrados incluem as respectivas modalidades e os correspondentes encargos aos quais tais empréstimos estão sujeitos.

	Controladora e consolidado	
Modalidade	**2023**	**2022**
FINAME (i)	117.984	29.411
Capital de Giro	28.120	38.326
	146.104	67.737
Circulante	39.802	44.456
Não circulante	106.302	23.281

(i) Nos contratos de FINAME incidem encargos a taxas fixas, conforme abaixo:

Sub crédito	Indexador	Composição do saldo %	Controladora e consolidado Variação nos encargos totais - % a.a
1	R$	81	6,00 a 14,70
2	R$	19	CDI + 1,55%

b) Movimentação

	Controladora e consolidado 2023	Controladora e consolidado 2022
Saldo no início do exercício	67.737	16.904
Captação	100.563	63.391
Atualizações	9.599	5.695
(-) Pagamentos Principal	(26.497)	(14.145)
(-) Pagamentos juros	(5.298)	(4.108)
Saldo no final do exercício	146.104	67.737
Circulante	39.802	44.456
Não circulante	106.302	23.281

c) Vencimento dos contratos classificados no passivo não circulante

A composição por ano de vencimento da parcela de longo prazo em 31 de dezembro é apresentada a seguir:

	Composição por ano de vencimento 2023	Composição por ano de vencimento 2022
2024	–	9.358
2025	13.714	9.003
2026	16.883	4.920
2027	11.320	–
2028	11.320	–
2029	11.320	–
2030	11.320	–
2031	11.321	–
2032	11.321	–
2033	7.783	–
	106.302	23.281

d) Valor justo dos financiamentos empréstimos

O valor justo dos financiamentos é equivalente ao seu valor contábil, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

e) Garantias

Os contratos de financiamentos são garantidos, quando aplicável, por alienação fiduciária dos equipamentos e máquinas financiados.

***Covenants* Financeiros**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está adimplente com os *covenants* financeiros, conforme definidos abaixo:

a) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (dívida bruta reduzida pelo montante de caixa e equivalentes) pelo EBITDA (lucro bruto antes de deduzidos despesas de tributos, despesas de depreciação e amortizações, despesas financeiras e receitas financeiras, e do resultado não operacional) da Companhia, que deverá ser igual ou inferior a 3 vezes do EBITDA dos últimos 12 meses.

b) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do Patrimônio Líquido da Companhia pelo Ativo Total (somatória dos saldos de ativos circulantes e não circulantes), que deverá ser igual ou superior a 0,3 na data de 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a dívida líquida apurada da Companhia foi de R$ 52.125 e o EBITDA de 2023 totalizou R$ 364.825, portanto, o quociente do covenant (a) foi de 0,14. Adicionalmente na mesma data o Patrimônio Líquido foi de R$ 1.111.975 e o Ativo Total foi de R$ 1.495.185, portanto, o quociente de covenant (b) foi de 0,75.

19. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Composição dos saldos de provisão para contingência

O Grupo é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, assessorada pelos seus consultores jurídicos, avalia os processos em que o Grupo é parte envolvida e constituiu provisão para aqueles em que há risco provável de desfecho desfavorável, incluindo, quando aplicável, os encargos correspondentes.

	Controladora e consolidado			
	Saldo no início do exercício	Adições e atualizações monetárias	Baixas	Saldo no final do exercício
Trabalhistas	1.890	1.582	(975)	2.497
Cíveis	302	–	(1)	301
	2.192	1.582	(976)	2.798

b) Depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais, cujo principal processo refere-se à ação questionando a incidência de PIS e da COFINS sobre ICMS e ISS no valor de R$ 14.832 (R$ 20.784 em 2022).

Os valores apresentados no Balanço do Grupo sob as rubricas de depósitos judiciais (ativo) e provisão para riscos (passivo) são apresentados pelo valor líquido.

	Controladora e consolidado		2023	2022
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Tributárias (i)	5.613	(15.678)	(10.065)	(17.750)
	5.613	(15.678)	(10.065)	(17.750)

(i) A variação dos depósitos judiciais tributários refere-se, substancialmente, ao levantamento dos depósitos judiciais no valor total de R$ 8.401 em 06 de março de 2023, referente ao processo que postulava o reconhecimento da inconstitucionalidade e da ilegalidade da

PIPA Programa ITAMBÉ de Participação Social
Gestão Ambiental Itambé
Assessoria Técnica Itambé

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS.

c) Riscos possíveis, não provisionados no balanço

Ação anulatória contra a condenação da Companhia no âmbito do CADE: Em 2006, a então Secretaria de Direito Econômico-SDE, instaurou processo administrativo envolvendo o Sindicato da Indústria do Cimento, algumas associações do setor (cimento e concreto), e algumas empresas fabricantes de cimento no Brasil, incluindo a Companhia. Nesse processo alega práticas anticompetitivas das diversas empresas e associações, incluindo a acusação de formação de cartel.

Em 22 de janeiro de 2014, o CADE deu início ao julgamento do processo e, em 28 de maio de 2014, após suspender a primeira sessão de julgamento, proferiu decisão no processo administrativo, impondo à Companhia o pagamento de multa no valor de R$ 88.000, entre outras penalidades. Em 05 de outubro de 2015 o CADE certificou o trânsito em julgado do processo n° 08012.011142/2006-79, cuja ata de julgamento foi publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2015, seção 1, pág. 30.

A Administração da Companhia não concordou com nenhuma das condenações que lhe foram impostas, no âmbito administrativo, por entender que não houve infração à ordem econômica, razão pela qual não deveria estar sujeita a quaisquer sanções ou penalidades. Nesse sentido, tem confiança de que demonstrará perante o Poder Judiciário o equívoco cometido no posicionamento do CADE.

Em 27 de agosto de 2015, a Companhia ajuizou Ação Anulatória nº 5043795-46.2015.4.04.7000, em trâmite na 6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba/PR, que tem por objeto a anulação de decisão proferida pelo CADE no âmbito do citado processo Administrativo nº 08012.011142/2006-79, notadamente no que diz respeito à condenação da Companhia por suposta prática de cartel nos mercados de cimento e serviço de concretagem.

Após contestação do CADE, foi deferida a suspensão das seguintes penalidades e obrigações impostas à Companhia naquela decisão: (a) pagamento de multa; e (b) alienação de 20% dos ativos de serviço concretagem em condições específicas.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor da causa está estimado em R$ 179.526. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos acerca do estágio do processo, classifica a perda como possível.

No contexto do processo administrativo do CADE, foram ajuizadas Ações Civis Públicas em face das empresas que constaram no Processo Administrativo: a) em 2012, pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte; b) em 2017, pelo Sindicato da Indústria de Construção Civil de Minas Gerais; c) em 2021 pelo Ministério Público de São Paulo. Igualmente, em 2018, o Ministério Público do Paraná ajuizou Ação Civil Pública em face exclusivamente da Cia. de Cimento Itambé.

Ainda no contexto do referido processo administrativo, também correm contra a Cia. de Cimento Itambé e as mesmas empresas que constaram no processo administrativo algumas ações indenizatórias. De acordo com as informações dos consultores jurídicos da Companhia, o valor e o desenvolvimento das ações ainda são incertos, dada a indeterminação da maioria dos pedidos, a fase atual dos processos e a atuação regional da Companhia limitada aos Estados localizados na região sul do país.

Os processos cujas probabilidades de perda classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos externos, somam, em 31 de dezembro de 2023, R$ 33.580 (R$ 24.903 em 2022) e são de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme composição abaixo:

	2023	2022
Cíveis (i)	9.238	131
Trabalhistas	2.114	2.081
Tributárias	22.228	22.691
	33.580	24.903

(i) Ação de execução de título extrajudicial nº 0024093-37.2022.8.16.0001, em trâmite na 5ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR, no valor de R$ 9.128.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica de outras contas a pagar está apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Compra de energia elétrica	9.925	8.767	9.925	8.767
Provisão desmobilização da mina (i)	2.490	2.520	2.490	2.520
Provisão para honorários (ii)	2.047	1.887	2.047	1.887
Outros	4.932	5.196	6.503	6.885
	19.394	18.370	20.965	20.059
Circulante	15.690	15.850	17.261	17.539
Não circulante	3.704	2.520	3.704	2.520

(i) Provisão para desmobilização de mina que, sob o ponto de vista ambiental, trata-se de obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes.

(ii) Refere-se substancialmente à provisão para honorários advocatícios relativos à tese da exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

21. CONTRATOS DE ARRENDAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	17.702	17.778	6.449	2467
Adições	4.977	7.737	4.392	6.522
Liquidação do principal	(7.309)	(6.465)	(1.903)	(1.863)
Liquidação dos juros	(1.401)	(1.348)	(888)	(677)
Saldo no final do exercício	13.969	17.702	8.050	6.449
Circulante	8.614	7.721	2.695	1.029
Não circulante	5.355	9.981	5.355	5.420

Há contratos de locação de imóveis entre a controladora e a controlada Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda. no valor total de R$ 5.919 (R$ 11.253 em 2022), os quais são eliminados para fins de consolidação.

a) Composição e movimentação do passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	17.702	17.778	6.449	2467
Adições	4.977	7.737	4.392	6.522
Liquidações	(8.710)	(7.813)	(2.791)	(2.540)
Saldo no final do exercício	13.969	17.702	8.050	6.449

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R$ 463.918, totalmente subscrito e integralizado e está composto de 28.020.506.870 ações ordinárias nominativas sem valor nominal ("Ações"). Em qualquer hipótese, na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas ("Acionistas") terão direito de preferência para a subscrição de aumentos de capital, observado o disposto no art. 171 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos propostos

Aos acionistas são destinados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, conforme artigo 33, inc. II do Estatuto Social consolidado pela 49ª Assembleia Geral Extraordinária de 25 de agosto de 2016. Na 380ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 103.000, sendo que: (i) R$ 61.000 foram pagos em 12 de dezembro de 2023; e (ii) R$ 42.000 serão pagos em 12 parcelas durante o ano de 2024.

d) Reserva de retenção de lucros

Refere-se à reserva constituída pela apropriação de lucros remanescentes da Companhia, após as destinações estabelecidas na Lei societária e deliberações do Conselho de Administração.

e) Remuneração complementar

Até 5% (cinco por cento) do saldo do lucro líquido poderá ser atribuído à remuneração complementar dos administradores, obedecidas às determinações e limitações legais previstas no artigo 152 e seus parágrafos, da Lei das S.A.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

A investida Itá Energética S.A. optou por reavaliar seus ativos imobilizados pelo custo atribuído *"deemed cost"*. A adoção desta reavaliação resultou no reconhecimento de um ajuste de avaliação reflexa na Companhia no valor de R$ 81 em 2023 (R$ 82 em 2022).

g) Reserva para investimentos

A Administração aprovou a constituição de reserva para investimentos com o objetivo de fazer frente ao projeto de investimento da modernização da linha 1, em 2023 no valor de R$ 114.057 e em 2022 no valor de R$ 89.295. Após a conclusão do projeto acima citado, a Administração irá deliberar a destinação desta reserva.

23. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes utilizados para calcular o lucro por ação:

	Controladora	
	2023	2022
Lucro Líquido alocado disponível para os acionistas em milhares de R$	218.271	198.292
Quantidade de ações ordinárias (Em milhares)	28.020.507	28.020.507
Lucro por ação - em R$	0,0078	0,0071

A Companhia não possui situações que possam impactar no lucro líquido por ação.

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional bruta				
Venda de produtos	1.000.256	1.016.982	1.001.395	1.019.365
Venda de serviços	589.079	485.829	589.079	485.829
Impostos e deduções sobre as vendas e serviços prestados	(303.563)	(283.262)	(304.605)	(283.349)
Receita líquida	1.285.772	1.219.549	1.285.869	1.221.845
	2023	2022	2023	2022
Valor justo dos ativos biológicos				
Ajuste a valor justo do ativo biológico	(1.556)	2.319	2.142	(1.059)
Receita líquida	(1.556)	2.319	2.142	(1.059)

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com salários, encargos, benefícios e desenvolvimento de pessoas	168.765	145.892	169.763	146.832
Variações de estoques, matérias-primas, combustíveis, materiais de consumo, embalagens e manutenção	546.679	555.950	546.679	556.820
Serviços de limpeza, manutenção e reparos de equipamentos	70.367	53.815	70.613	53.999
Energia elétrica	88.902	88.436	88.902	88.436
Depreciação, amortização e exaustão	76.534	56.059	71.876	63.974
Outros serviços, custos e despesas	46.514	70.610	28.588	41.305
Total de custos, despesas gerais e administrativas	997.761	970.762	976.422	951.366
Custo das vendas e dos serviços	905.700	889.003	883.282	868.985
Despesas gerais e administrativas	64.864	53.652	65.943	54.274
Despesas com vendas	27.197	28.107	27.197	28.107
	997.761	970.762	976.422	951.366

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
OPERACIONAIS	2023	2022	2023	2022
Revenda de materiais	324	192	324	192
Provisão para contingências	(3.434)	(1.638)	(3.434)	(1.638)
Reversão (Provisão) de créditos para liquidação duvidosa	280	1.815	297	1.935
Provisão estoque obsoleto	(796)	(188)	(796)	(188)
Crédito de PIS e COFINS (i)	9.737	9.366	9.737	9.366
Outras receitas (despesas) líquidas	(238)	101	(222)	163
	5.873	9.648	5.906	9.830
OUTRAS				
Resultado na venda de imobilizado	(1.184)	3.468	(1.184)	3.468
Recuperação de Processos Judiciais	–	421	–	421
Doações incentivadas	(3.352)	(2.433)	(3.352)	(2.433)
Ganho AVJ - Ativo não Circulante mantido para venda	165	431	165	431
Outras receitas (despesas) líquidas	246	(367)	229	(429)
	(4.125)	1.520	(4.142)	1.458
	1.748	11.168	1.764	11.288

(i) Refere-se a créditos de PIS e da COFINS apurados sobre aquisições de ativos imobilizados e depreciações

27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	7.734	8.243	9.750	10.889
Atualização de depósitos judiciais	1.769	4.980	1.723	5.061
Controverso ação Banco Central-Precatórios (i)	7.475	–	7.475	–
Outras receitas financeiras	1.747	2.047	1.759	2.052
Total de receitas financeiras	18.725	15.270	20.707	18.002
Encargos sobre financiamentos	(6.218)	(4.108)	(6.218)	(4.108)
Variação monetária passiva	(4.089)	(2.841)	(4.089)	(2.841)
Despesas com juros IFRS 16	(1.396)	(1.348)	(1.396)	(1.348)
Tarifas bancárias/IOF/juros	(2.700)	(821)	(2.700)	(821)
Outras despesas financeiras	(1.632)	(1.026)	(1.656)	(1.033)
Total de despesas financeiras	(16.035)	(10.144)	(16.059)	(10.151)
Resultado financeiro, líquido	2.690	5.126	4.648	7.851

(i) Controverso processo Banco Central do Brasil - Autos de cumprimento de sentença 5008574-75.2010.4.04.7000, nos quais foram pleiteados: a) a proibição do bloqueio de valores depositados em diversas instituições financeiras, bloqueio este oriundo dos planos Cruzados Novos, Plano Verão (1989 e 1990) e Plano Collor I e II (1990 e 1991); b) restituição de recursos bloqueados convertidos em cruzeiros; c) indenização para reposição da diferença da remuneração estipulada para os cruzados novos bloqueados (Lei 8.024/90 e Lei nº 8.177/91).

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo reconhece créditos e débitos tributários que não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Consolidado	
	2023	2022
Diferenças temporárias		
Diferença depreciação contábil/fiscal (Passivo)	(126.758)	(118.983)
Cred. PIS/COFINS s/ ICMS	8.008	6.259
Provisão de energia elétrica	7.378	6.588
Provisão para obsolescência	1.512	717
Outras provisões	11.229	9.059
Total	(98.630)	(96.360)
Alíquota combinada	34%	34%

	Consolidado	
	2023	2022
Imposto de renda (alíquota 25%) e contribuição social (alíquota 9%) sobre diferenças temporárias	(33.535)	(32.762)
Composição		
Impostos diferidos - ativo	9.562	7.692
Impostos diferidos - passivo	(43.098)	(40.454)

b) Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda - corrente	(70.007)	(59.197)	(71.850)	(61.204)
Contribuição social - corrente	(26.376)	(22.136)	(27.266)	(23.039)
	(96.383)	(81.333)	(99.116)	(84.243)
Imposto de renda - diferido	(568)	(4.563)	(568)	(4.563)
Contribuição social - diferido	(204)	(1.643)	(204)	(1.643)
	(772)	(6.206)	(772)	(6.206)
Imposto de renda e contribuição social	(97.155)	(87.539)	(99.888)	(90.449)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda	315.426	285.831	318.243	288.758
Alíquota IRPJ (25%)	25%	25%	25%	25%
	78.857	71.458	79.561	72.190
Efeito fiscal sobre adições e exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.133)	(4.608)	(61)	(50)
Efeito diferença de tributação presumido das controladas	–	–	(6.702)	(3.283)
Outros	29	(4.649)	29	(4.649)
Benefício fiscal (PAT)	(1.325)	(571)	(1.325)	(571)
Doações	(3.329)	(2.433)	(3.329)	(2.433)
Total	(10.759)	(12.261)	(11.388)	(10.986)
Total	68.097	59.197	68.172	61.204
IRPJ no resultado:				
Corrente	(70.007)	(59.197)	(71.850)	(61.204)
Diferido	(568)	(4.563)	(568)	(4.563)
Valor total no resultado	(70.575)	(63.760)	(72.418)	(65.767)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes da contribuição social sobre o lucro	315.426	285.831	318.243	288.758
Alíquota IRPJ (9%)	9%	9%	9%	9%
	28.388	25.725	28.642	25.988
Efeito fiscal sobre adições e exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.208)	(1.659)	(22)	(18)
Efeito diferença de tributação presumido das controladas	–	–	(2.187)	(1.002)
Outros	139	(1.930)	139	(1.930)
Total	(2.069)	(3.589)	(2.070)	(2.950)
Total	26.319	22.136	26.572	23.039
CSSL no resultado:				
Corrente	(26.376)	(22.136)	(27.266)	(23.039)
Diferido	(204)	(1.643)	(204)	(1.643)
Valor total no resultado	(26.580)	(23.779)	(27.470)	(24.682)

As controladas Itambé Energética S.A. e Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., calculam e recolhem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com base no regime de tributação do lucro presumido.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

A remuneração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 aos Conselheiros e Diretores, totalizou R$ 8.969 na controladora (R$ 8.127 em 2022) e R$ 9.583 no consolidado (R$ 8.717 em 2022).

Essa remuneração contempla honorários, participação nos resultados e gratificações. A Companhia a suas controladas não tem dívidas contraídas relativas a planos de pensão ou a outro tipo de remuneração complementar com a Administração.

b) Dividendos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Itá Energética S.A.	942	47	942	47
	942	47	942	47

c) Dividendos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Sirama Participações Societárias Ltda.	41.330	41.330	41.330	41.330
Outros acionistas	676	670	676	670
	42.006	42.000	42.006	42.000

d) Demais saldos com partes relacionadas

Em 2023, a Companhia contratou serviços de transporte de carga, aquisição de energia elétrica, locação de imóveis e serviços de coprocessamento com partes relacionadas, demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
	Compras	Compras
Sita Transporte de Cargas S.A.	63.474	57.904
Itambé Energética S.A.	39.159	40.995
Rio Bonito Soluções em Coprocessamento Ltda.	5.732	5.557
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	6.319	5.993
	114.685	110.449

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES A DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA.

Em atendimento do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) houve adições no valor de R$ 4.977 e baixas no valor de R$ 8.710 na rubrica de direito de uso sobre contratos de arrendamento (R$ 7.737 adições e R$ 7.813 baixas, em 2022), e a contrapartida na rubrica de passivo de arrendamento.

Essas transações não envolveram caixa e por isso não estão destacadas na demonstração do fluxo de caixa.

31. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, em função de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023, o limite máximo de indenização de seguros contra incêndio, danos materiais e lucros cessantes, fundamentado pela avaliação de perda máxima possível feita pelos nossos consultores atuariais, era de R$ 678.201 (o limite era de R$ 617.746 em 2022).

Cobertura	2023	2022
Danos Materiais	370.000	370.000
Lucros Cessantes	308.201	247.746
Total	678.201	617.746

PIPA Programa ITAMBÉ de Participação Social
Gestão Ambiental Itambé
Assessoria Técnica Itambé

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rubens Slaviero
Conselheiro-Presidente

Cláudio Gomes Slaviero
Conselheiro-Vice-Presidente

Eduardo de Araújo Gomes
Conselheiro-Vice-Presidente

Virgílio Moreira Filho
Conselheiro-Vice-Presidente

Alexandre Chueri Neto
Conselheiro

Edson de Araújo Gomes
Conselheiro

Emiliano Araújo de Matos
Conselheiro

Luiz Vilar de Carvalho
Conselheiro

Nelson Luis Slaviero
Conselheiro

Newton Slaviero Junior
Conselheiro

Sérgio Slaviero
Conselheiro

DIRETORIA

Luis Sergio Gandolfi
Diretor-Superintendente

Fábio Luiz Monteiro Garcia
Diretor Industrial

Francisco Fernandes Castro Filho
Diretor Financeiro

Márcio Ferreira Lobo
Diretor Comercial

Ricardo Corrêa Israel
Diretor da Divisão Concreto

Rodrigo Pereira Dias
Diretor Administrativo e Jurídico

CONTADOR

Jefferson Bednarz Biehl
CRC PR-041380/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas da
Cia. de Cimento Itambé

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. de Cimento Itambé ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. de Cimento Itambé em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes examinados por outros auditores independentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 21 de março de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e de suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e de suas controladas e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024

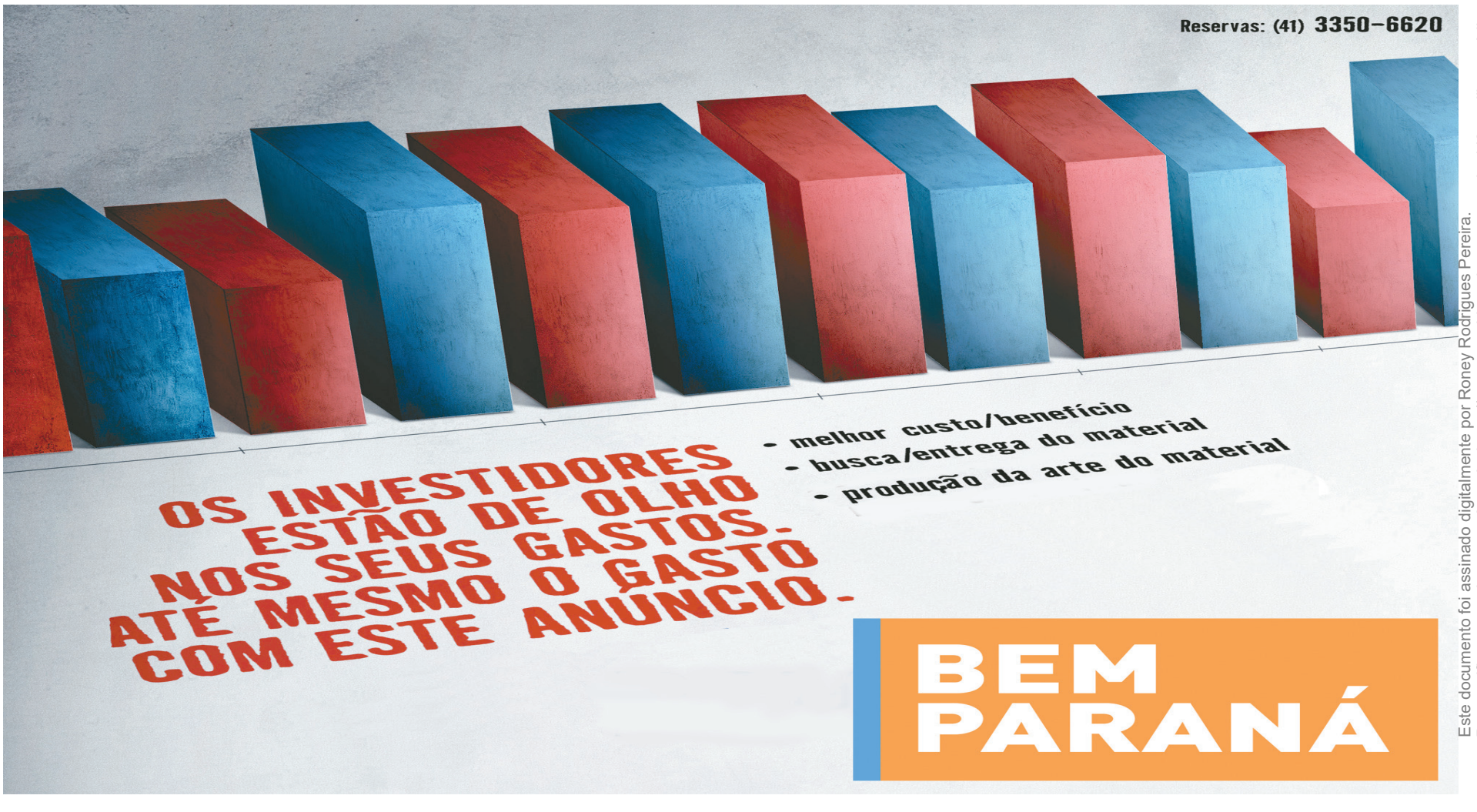
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR
Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

Deloitte.

PIPA
Programa ITAMBÉ de Participação Social

Gestão Ambiental Itambé

Assessoria Técnica Itambé



Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

ITAMBÉ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 03.926.572/0001-94

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota Explicativa	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.378	9.603
Contas a receber de clientes	5	2.701	–
Tributos a recuperar	6	191	745
		7.270	10.348
Não circulante			
Tributos a recuperar	6	–	91
		–	91
Imobilizado	7	244	276
		244	276
Total do Ativo		7.514	10.715

	Nota Explicativa	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	8	356	529
Salários e encargos sociais a recolher		15	13
Imposto de renda e contribuição social a recolher		329	299
Outros tributos e contribuições		147	100
Outras contas a pagar	9	1.571	1.688
		2.418	2.629
Total do passivo		2.418	2.629
Patrimônio líquido	11		
Capital social		4.044	4.000
Reserva de lucros		1.052	4.086
		5.096	8.086
Total do passivo e patrimônio líquido		7.514	10.715

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 1° de janeiro de 2022		4.000	800	1.668	–	6.468
Lucro líquido do exercício		–	–	–	16.518	16.518
Destinação do lucro líquido do exercício						
Dividendos propostos	11.c	–	–	–	(14.900)	(14.900)
Reserva de lucros	11.d	–	–	1.618	(1.618)	–
Em 31 de dezembro de 2022		4.000	800	3.286	–	8.086
Lucro líquido do exercício		–	–	–	16.010	16.010
Aumento de capital	11.a	44	–	(44)	–	–
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal		–	9	(9)	–	–
Dividendos propostos	11.c	–	–	–	(19.000)	(19.000)
Reserva de lucros	11.d	–	–	(2.990)	2.990	–
Em 31 de dezembro de 2023		4.044	809	243	–	5.096

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Contexto Operacional

A Itambé Energética S.A. (a "Companhia") tem como atividade principal a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação. Iniciou suas atividades em 12 de julho de 2000 e foi autorizada a operar pela Resolução nº 301, de 16 de agosto de 2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia mantém contratos de compra e venda de energia elétrica com as empresas Itá Energética S.A., (cuja vigência é até dezembro de 2032), COPEL Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Engie Brasil Energia, Tradener Comercialização de Energia e com a controladora Cia de Cimento Itambé, cujo preço da energia contratada poderá ser reajustado anualmente pelos índices do IPCA e IGP-M.

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba - PR.

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras foi aprovada em reunião de Diretoria em 20 de março de 2024.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000-R1 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09, em consonância com o pronunciamento técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrária.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Continuidade operacional

Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.4 Instrumentos financeiros - compensação

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros básicos, conforme definido na seção 11 do CPC PME (R1). Um instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de dívida para outra entidade.

De acordo com a seção 11 do CPC PME (R1), os seguintes instrumentos financeiros devem ser classificados como instrumentos financeiros básicos:

a) Caixa e equivalentes de caixa.

Apresentado como custo amortizado.

b) Contas a receber e a pagar.

Estão reconhecidos pelo custo amortizado, que se aproxima do valor de mercado em razão de sua natureza de curto prazo.

Reconhecimento

A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são mensurados com base no custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Método da taxa de juros efetiva

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo, nos casos aplicáveis, todos os honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas.

2.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulada, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos.

A depreciação é calculada pelo método linear tendo como referência o valor do custo menos o valor residual e a vida útil remanescente. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue:

• Máquinas e equipamentos - 15 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.7 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base nas determinações do Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

2.11 Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia. A Companhia reconhece a receita quando: (i) na identificação dos contratos (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) com os clientes; (ii) quando puder identificar as obrigações de desempenho; (iii) quando puder determinar o preço da transação; (iv) quando puder alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) quando (ou à medida que) a Companhia satisfazer uma obrigação de desempenho.

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

Na essência a receita é reconhecida quando do registro da venda e liquidação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente. O imposto de renda e a contribuição social é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia apurou o imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2023 e 2022 pelo regime de lucro presumido.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita com comercialização de energia	13	39.360	40.995
Custo com a comercialização de energia	14	(21.127)	(22.822)
Lucro bruto		18.233	18.173
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(1.668)	(1.398)
Outras receitas, líquidas	15	16	121
Lucro operacional		16.581	16.896
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	16	1.180	1.337
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.761	18.233
Imposto de renda e contribuição social	17	(1.751)	(1.715)
Lucro líquido do exercício		16.010	16.518
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	12	11	11
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício - R$	12	1.440,53	1.486,23

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto o lucro por ação)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	16.010	16.518
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	16.010	16.518

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota Explicativa	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.761	18.233
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa			
Depreciação	7	32	22
Atualização monetária de impostos a recuperar	16	(40)	(85)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(16)	(121)
		17.737	18.049
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	5	(2.685)	2.185
Impostos a recuperar		685	–
Fornecedores	8	(173)	233
Impostos, tributos, encargos e contribuições a recolher		47	(26)
Outras contas a pagar	9	(117)	604
Caixa proveniente das operações		15.496	21.045
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.721)	(1.701)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		13.775	19.344
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	11.c	(19.000)	(14.900)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(19.000)	(14.900)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(5.225)	4.444
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	9.603	5.159
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	4.378	9.603

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

2.13 Novos pronunciamentos ou interpretações técnicas

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do pronunciamento técnico CPC PME (R1) vigentes a partir de 2023 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4.378	9.603

b) Categorias de instrumentos financeiros

	2023	2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	4.378	9.603
	4.378	9.603
Custo amortizado		
Contas a receber	2.701	–
	2.701	–
	7.079	9.603
Passivos conforme o balanço patrimonial		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	356	529
	356	529

c) Gerenciamento de risco

A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com a finalidade especulativa.

d) Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo indexadas ao CDI, as quais estão expostas a flutuações nas taxas de juros. A Companhia não possui contratos de derivativos para se proteger contra esse risco devido à alta liquidez desses instrumentos.

e) Risco de mercado

A Companhia está exposta aos riscos de mercado decorrentes de suas atividades comerciais.

f) Risco de moeda estrangeira

A Companhia não está sujeita a mudanças significativas como resultado dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

g) Gestão do risco de liquidez

A Administração da Companhia elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os detalhes do fluxo de pagamentos dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

	2023			
Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Total
Fornecedores	356	–	–	356

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
CDB (Certificado de depósito bancário) (i)	1.855	–
Fundos de investimento - renda fixa (ii)	39	7.225
Aplicação saldo conta-corrente (iii)	2.419	2.352
Conta corrente	65	26
	4.378	9.603

continua →

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

ITAMBÉ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 03.926.572/0001-94

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Referem-se, basicamente, a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, composto, substancialmente, por:

(i) Certificados de depósito bancário foram remunerados à taxa de 102,25% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023.

(ii) O saldo é composto por Fundos de Investimentos Financeiros - FIF, remunerados à taxa de 108,08% a 119,49% em 2023 (97,97% a 108,05% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(iii) Aplicações saldo conta corrente à taxa de 70% em 2023 (70% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em compromissos de terceiros.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
Duplicatas a receber	3.709	1.024
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.008)	(1.024)
	2.701	–

Os vencimentos das contas a receber são apresentados a seguir:

A vencer	2023	2022
Vencidos há mais de seis meses	2.701	–
	1.008	1.024
	3.709	1.024

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes da Companhia é a seguinte:

	2023	2022
No início do exercício	(1.024)	(1.145)
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	16	121
No final do exercício	(1.008)	(1.024)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2023	2022
COFINS	–	420
PIS	–	150
Contribuição social (i)	54	116
Imposto de renda (i)	137	150
	191	836
Ativo Circulante	191	745
Não Circulante	–	91

(i) Refere-se a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

7. IMOBILIZADO

	Máquinas e equipamentos
Em 31 de dezembro de 2022	
Custo	311
Depreciação acumulada	(35)
Saldo contábil, líquido	276
Em 31 de dezembro de 2023	
Saldo inicial	276
Transferência custo	–
Depreciação	(32)
Saldo contábil, líquido	244
Em 31 de dezembro de 2023	
Custo	311
Depreciação acumulada	(67)
Saldo contábil, líquido	244
Taxa anual média de depreciação - %	10

8. FORNECEDORES

	2023	2022
Fornecedor de energia elétrica	356	529
	356	529

O prazo médio de pagamento em 2023 foi de aproximadamente 16 dias (2022 foi de 13 dias).

9. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2023	2022
Compra de energia elétrica	1.571	1.688
	1.571	1.688

10. PROVISÃO PARA RISCOS

A Administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos em virtude de ser remota ou possível a possibilidade de ocorrência de qualquer desembolso. Em 31 de dezembro de 2023, os processos cujas probabilidades de perdas são classificadas como possível pelos assessores jurídicos externos, somam R$ 156 (R$ 156 em 2022) e são de natureza tributária.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme 23ª Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2023 foi aprovado o aumento de capital no valor de R$ 44 mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, passando de R$ 4.000 para R$ 4.044, composto de 11.114 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, tendo a Cia. de Cimento Itambé 100% do capital social da Companhia.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos propostos

Aos acionistas são destinados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, conforme determina o Estatuto Social em vigor e disposição do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Na 36ª Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos totais no valor de R$ 19.000 (R$ 14.900 em 2022) pagos em 14 de dezembro de 2023.

d) Reserva de lucros

Refere-se à reserva constituída pela apropriação de lucros remanescentes da Companhia após as destinações, conforme previsto em Lei.

12. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes utilizados para calcular o lucro por ação:

	2023	2022
Lucro Líquido alocado disponível para os acionistas em milhares de R$	16.010	16.518
Quantidade de ações ordinárias	11.114	11.114
Lucro por ação - em R$	1.441	1.486

13. RECEITA COM COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
Receita bruta de venda de energia	40.851	42.548
(–) Impostos sobre comercialização de energia	(1.419)	(1.553)
	39.360	40.995

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2023	2022
Custos com a comercialização de energia	(20.780)	(22.501)
Salários e encargos sociais	(651)	(634)
Serviços de terceiros	(295)	(192)
Depreciação	(32)	(22)
Custos compartilhados (i)	(315)	(291)
Outras receitas (despesas) gerais	(722)	(580)
	(22.795)	(24.220)
Custos com a comercialização de energia	(21.127)	(22.822)
Despesas compartilhadas (i)	(628)	(542)
Despesas gerais e administrativas	(1.040)	(856)
	(22.795)	(24.220)

(i) Refere-se ao reembolso das despesas corporativas compartilhadas realizadas pela parte relacionada Cia. de Cimento Itambé.

15. OUTRAS RECEITAS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Operacionais		
Recuperação de créditos de liquidação duvidosa	16	121
	16	121

16. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.246	1.258
Atualização monetária de impostos a recuperar	40	85
Despesas financeiras	(106)	(6)
	1.180	1.337

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2023	2022
Imposto de renda pessoa jurídica	(1.130)	(1.142)
Contribuição social de pessoa jurídica	(621)	(573)
	(1.751)	(1.715)

	2023	2022
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)		
Receita bruta de vendas	40.851	42.548
Lucro presumido vendas - 8%	3.268	3.404
Receita financeira	1.249	1.258
Base de cálculo para IRPJ	4.517	4.662
Imposto de renda - 15%	678	699
Imposto de renda adicional - 10%	428	442
Outros	25	–
Total do Imposto de renda pessoa jurídica	1.130	1.142
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)		
Receita bruta de vendas	40.851	42.548
Lucro presumido vendas - 12%	4.902	5.106
Receita financeira	1.249	1.258
Base de cálculo para CSLL	6.151	6.364
Contribuição social - 9%	554	573
Outros	67	–
Total da contribuição social - 9%	621	573
Total do imposto de renda e da contribuição social	1.751	1.715

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga aos Conselheiros e Diretores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, totalizou R$ 505 (R$ 496 em 2022).

Compra de energia elétrica

As operações com compra de energia elétrica entre partes relacionadas no exercício de 2023 foi de R$ 2.629 (R$ 2.629 em 2022).

	2023	2022
Itá Energética S.A. (i)	2.629	2.629
	2.629	2.629

(i) Refere-se à compra de energia elétrica pela Companhia ao preço e prazo estabelecidos com a Itá Energética.

Venda de energia elétrica

As operações com venda de energia elétrica entre partes relacionadas no exercício de 2023 foi de R$ 39.159 (R$ 40.995 em 2022).

	2023	2022
Cia. de Cimento Itambé (i)	39.159	40.995
	39.159	40.995

(i) Refere-se à venda de energia elétrica para a Cia. de Cimento Itambé em condições definidas entre as partes.

Rateio de despesas administrativas

Refere-se ao reembolso dos gastos corporativos compartilhados realizados pela Controladora Cia. de Cimento Itambé em 2023 no valor de R$ 943 (R$ 833 em 2022).

Saldos do fim do exercício, decorrentes de operações com partes relacionadas

Contas a receber de partes relacionadas	2023	2022
Cia. de Cimento Itambé - Venda de energia elétrica	2.701	–
	2.701	–

Contas a pagar de partes relacionadas	2023	2022
Itá Energética S.A. - Compra de energia elétrica	1.571	1.688
	1.571	1.688

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Elizabeth Araújo Slaviero
Conselheira-Presidente

Rosângela de Araújo Berneck
Conselheira

Alexandre Chueri Neto
Conselheiro

Rubens Slaviero Filho
Conselheiro

Cláudio Gomes Slaviero
Conselheiro

Selma Cristina Moreira Malucelli
Conselheira

Edy Gomes Cassemiro
Conselheira

Sérgio Slaviero
Conselheiro

Luiz Vilar de Carvalho
Conselheiro

Thais Araújo Gomes Caleme
Conselheira

Nelson Luis Slaviero
Conselheiro

DIRETORIA

Luis Sergio Gandolfi
Diretor-Superintendente

Fábio Luiz Monteiro Garcia
Diretor

Rodrigo Pereira Dias
Diretor

CONTADOR

Jefferson Bednarz Biehl
CRC PR-041380/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Itambé Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itambé Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itambé Energética S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)/CPC para PME (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Saldos e transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes examinados por outros auditores independentes

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 21 de março de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)/CPC para PME (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR
Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

Deloitte.

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

SITA Transporte de Cargas S/A.

SITA TRANSPORTE DE CARGAS S.A.

CNPJ nº 78.759.701/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	5	3.905	3.467
Contas a receber de clientes	6	3.272	1.334
Estoques		152	199
Tributos a recuperar	7	1.181	1.294
Outras contas a receber	8	477	247
		8.987	6.541
Não circulante			
Depósitos judiciais	12.a	573	751
		573	751
Investimento	9	682	581
Imobilizado	10	5.857	6.029
		7.112	7.361
Total do ativo		16.099	13.902

	Nota explicativa	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	1.795	1.082
Salários e encargos sociais		30	15
Imposto de renda e contribuição social a pagar		549	291
Adiantamentos de clientes		15	38
Outros tributos e contribuições		515	347
Outras contas a pagar		67	67
		2.971	1.840
Total do passivo		2.971	1.840
Patrimônio líquido	13		
Capital social		8.409	8.409
Reserva de capital		15	15
Reservas de lucros		4.704	3.638
Total do patrimônio líquido		13.128	12.062
Total do passivo e patrimônio líquido		16.099	13.902

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		5.909	15	1.182	7.176	–	14.282
Aumento de capital	13.a	2.500	–	–	(2.500)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	10.780	10.780
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	13.b	–	–	500	–	(500)	–
Dividendos propostos	13.c	–	–	–	(2.720)	(10.280)	(13.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		8.409	15	1.682	1.956	–	12.062
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	10.567	10.567
Destinação do lucro líquido do exercício							
Dividendos propostos	13.c	–	–	–	–	(9.500)	(9.500)
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	1.067	(1.067)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.409	15	1.682	3.023	–	13.128

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita de prestação de serviços	15	71.738	69.935
Custo dos serviços prestados	16	(56.378)	(55.134)
Lucro bruto		15.360	14.801
Despesas gerais e administrativas	16	(2.985)	(2.821)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	19	24
Resultado de equivalência patrimonial	9.c	102	49
Lucro operacional antes do resultado financeiro		12.496	12.053
Receitas financeiras		1.039	1.504
Despesas financeiras		(225)	(55)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	18	814	1.449
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.310	13.502
Imposto de renda e contribuição social correntes	19.a	(2.743)	(2.722)
Lucro líquido do exercício		10.567	10.780
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		8	8
Lucro líquido, básico e diluído, por ação do capital social no fim do exercício - R$		1.382	1.410

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	10.567	10.780
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	10.567	10.780

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.310	13.502
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa			
Depreciação	10	601	567
Atualização monetária dos depósitos judiciais		178	(220)
(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(1)	6
Resultado de equivalência patrimonial	9.c	(102)	(49)
		13.986	13.806
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	6	(1.937)	628
Estoques		47	8
Tributos a recuperar	7	113	(119)
Outras contas a receber	8	(230)	(14)
Fornecedores	11	713	197
Depósitos Judiciais		–	2.266
Outros tributos e contribuições		168	(21)
Salários e encargos		15	(9)
Outras contas a pagar e adiantamento de clientes		(23)	19
Caixa proveniente das operações		12.852	16.761
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.485)	(2.901)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		10.367	13.860
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	10	(429)	(598)
Dividendos recebidos	9.c	–	97
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(429)	(501)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	13.c	(9.500)	(13.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(9.500)	(13.000)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		438	359
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	3.467	3.108
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	3.905	3.467
Transações que não afetaram o caixa			
Aumento de capital social com reservas de lucros	13.a	–	2.500

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Contexto Operacional

A Sita Transporte de Cargas S.A. ("Companhia") tem como atividade principal a prestação de serviços de transportes rodoviários de cargas. Iniciou suas atividades em 11 de abril de 1985.

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba - PR.

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras foi aprovada em Reunião de Diretoria em 20 de março de 2024.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09, em consonância com o pronunciamento técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no final de cada período de relatório, os quais são mensurados ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Continuidade operacional

Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.4. Instrumentos financeiros - compensação

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros básicos, conforme definido na seção 11 do CPC PME (R1). Um instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de dívida para outra entidade.

De acordo com a seção 11 do CPC PME (R1), os seguintes instrumentos financeiros devem ser classificados como instrumentos financeiros básicos:

a) Caixa e equivalentes de caixa.

Apresentado como custo amortizado.

b) Contas a receber e a pagar.

Estão reconhecidos pelo custo amortizado, que se aproxima do valor de mercado em razão de sua natureza de curto prazo.

Reconhecimento

A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são mensurados com base no custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Método da taxa de juros efetiva

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo, nos casos aplicáveis, todos os honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas.

2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

	Anos
Veículos	15
Móveis e utensílios	15
Máquinas e equipamentos	10

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

***2.7. Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à depreciação ou amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos que têm vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC - Unidades Geradoras de Caixa).

2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base nas determinações do Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

2.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) na identificação dos contratos (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) com os clientes; (ii) quando puder identificar as obrigações de desempenho; (iii) quando puder determinar o preço da transação; (iv) quando puder alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) quando (ou à medida que) a Companhia satisfazer uma obrigação de desempenho.

Venda de serviços de frete

A receita de contratos de prestação de serviços de frete por preço fixo é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, reconhecendo a receita conforme a realização da prestação do serviço de frete.

Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Em 2023 e 2022, a Companhia apurou o imposto de renda e contribuição social pelo regime de lucro presumido.

2.13. Novos pronunciamentos ou interpretações técnicas

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do pronunciamento técnico CPC PME (R1) vigentes a partir de 2023 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis e que mais podem afetar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à depreciação ou amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos que têm vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

continuação

SITA Transporte de Cargas S/A.

SITA TRANSPORTE DE CARGAS S.A.

CNPJ nº 78.759.701/0001-04

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC - Unidades Geradoras de Caixa).

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	3.905	3.467

b) Categorias de instrumentos financeiros

	2023	2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.905	3.467
	3.905	3.467
Custo amortizado		
Contas a receber	3.272	1.334
Outras contas a receber	477	247
	3.749	1.581
	7.654	5.048
Passivos conforme o balanço patrimonial		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	1.795	1.082
	1.795	1.082

c) Gerenciamento de risco

A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com a finalidade especulativa.

d) Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo indexadas ao CDI, as quais estão expostas a flutuações nas taxas de juros. A Companhia não possui contratos de derivativos para se proteger contra esse risco devido à alta liquidez desses instrumentos.

e) Risco de mercado

A Companhia está exposta aos riscos de mercado decorrentes de suas atividades comerciais.

f) Risco de moeda estrangeira

A Companhia não está sujeita a mudanças significativas como resultado dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

g) Gestão do risco de liquidez

A Administração da Companhia elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os detalhes do fluxo de pagamentos dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

				2023
Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Total
Fornecedores	1.795	–	–	1.795

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e bancos	71	127
Certificado de depósito bancário - (CDB) (i)	2.547	–
Fundos de créditos (ii)	57	1.979
Aplicação de saldo conta-corrente (iii)	1.230	1.361
	3.905	3.467

Referem-se, basicamente, a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, composto, substancialmente, por:

(i) Certificados de depósito bancário foram remunerados à taxa de 102,25% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

(ii) O saldo atual é composto por Fundos de Investimentos Financeiros - FIF, remunerados à taxa que variam de 105,24% a 120,53% (97,97% a 107,19% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(iii) Aplicação de saldo conta-corrente remuneradas à taxa de 70% (70% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em compromissadas de terceiros.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
Contas a receber de clientes	758	1.073
Contas a receber de parte relacionada (i)	2.670	418
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(156)	(157)
	3.272	1.334

(i) O saldo de contas a receber no valor de R$ 2.670 (R$ 418 em 2022) de parte relacionada refere-se aos serviços de frete prestados à Cia. de Cimento Itambé conforme apresentado na nota explicativa nº 20.b.

A análise do vencimento dos saldos do contas a receber de clientes, exceto com partes relacionadas, é apresentada a seguir:

	2023	2022
A vencer	602	916
Vencidos há mais de seis meses	156	157
	758	1.073

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes são as seguintes:

	2023	2022
No início do exercício	(157)	(151)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	–	(6)
Reversão provisão para crédito de liquidação duvidosa	1	–
No final do exercício	(156)	(157)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2023	2022
PIS (i)	33	63
COFINS (i)	153	283
IRPJ (ii)	700	666
CSLL (ii)	255	235
CIAP	40	47
	1.181	1.294

(i) Refere-se ao processo de indébito da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS.

(ii) Refere-se substancialmente ao processo de incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2023	2022
Adiantamentos diversos (fornecedores, salários)	406	233
Controverso Processo BACEN (i)	42	–
Outras contas a receber	29	14
	477	247

(i) Ação controverso, oriundo da Ação de Execução nº 50085747520104047000, em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba/PR, em face do Banco Central do Brasil, na qual buscou obter a diferença da correção monetária dos valores bloqueados em razão dos planos cruzados novos, verão e Collor.

9. INVESTIMENTO

a) Composição do saldo

	2023	2022
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	582	499
Rio Bonito Soluções em Coprocessamento Ltda.	100	82
	682	581

b) Informações sobre investimentos em 31 de dezembro de 2023

	Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Rio Bonito Soluções em Coprocessamento Ltda.
Patrimônio líquido		
Capital social	37.414	4.123
Reservas de lucros	20.848	5.850
Total do patrimônio líquido	58.262	9.973
Lucro líquido do exercício	8.365	1.731
Percentual de participação no capital total - %	1	1

c) Evolução dos investimentos em 2023

	Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Rio Bonito Soluções em Coprocessamento Ltda.	Total
Em 31 de dezembro de 2021	561	69	630
Dividendos recebidos (a receber)	(80)	(17)	(97)
Resultado de equivalência patrimonial	18	30	49
Em 31 de dezembro de 2022	499	82	581
Resultado de equivalência patrimonial	83	18	101
Em 31 de dezembro de 2023	582	100	682

d) Outras informações sobre os investimentos

Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

Em 12 de novembro de 2019, a Companhia e a parte relacionada Cia. de Cimento Itambé, constituíram investimento na Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., que tem por objeto social a administração de bens exclusivamente próprios, compreendendo a compra e venda e a locação de bens imóveis próprios; a incorporação de empreendimentos imobiliários; o cultivo de mudas em viveiros florestais; a extração de madeiras em florestas plantadas; o comércio atacadista de madeira e produtos derivados; atividades de apoio à produção florestal e a participação no capital social de outras empresas, como investidora, acionista ou quotista. A Companhia participa com 1% no capital da Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

Rio Bonito Soluções em Coprocessamento Ltda.

Em 6 de fevereiro de 2013, a Companhia constituiu investimento na Rio Bonito Soluções em Coprocessamento Ltda., que tem como atividades a prestação de serviços de coprocessamento, mistura e pré-condicionamento de resíduos com finalidade de destinação final; serviços de gestão de resíduos; serviços de licenciamento ambiental; serviços de análises laboratoriais; e, comércio atacadista de resíduos e sucatas. A Companhia participa com 1% no capital da Rio Bonito Soluções de Coprocessamento Ltda.

10. IMOBILIZADO

	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	5.390	133	392	83	5.998
Aquisições	–	–	358	240	598
Transferência	83	209	–	(292)	–
Depreciação	(497)	(20)	(50)	–	(567)
Saldo contábil, líquido	4.976	322	700	31	6.029
Em 31 de dezembro de 2022					
Custo	10.942	381	890	31	12.244
Depreciação acumulada	(5.966)	(59)	(190)	–	(6.215)
Saldo contábil, líquido	4.976	322	700	31	6.029
Em 31 de dezembro de 2023					
Saldo inicial	4.976	322	700	31	6.029
Aquisições	–	9	420	–	429
Transferência	–	–	31	(31)	–
Depreciação	(498)	(28)	(75)	–	(601)
Saldo contábil, líquido	4.478	303	1.076	–	5.857
Em 31 de dezembro de 2023					
Custo	10.942	390	1.341	–	12.673
Depreciação acumulada	(6.464)	(87)	(265)	–	(6.816)
Saldo contábil, líquido	4.478	303	1.076	–	5.857
Taxa anual média de depreciação - %	5	7	6	–	

11. FORNECEDORES

	2023	2022
Fornecedores de materiais e serviços	310	207
Fretes	1.485	875
	1.795	1.082

O prazo médio de pagamento em 2023 foi de aproximadamente 16 dias (2022 foi de 13 dias).

12. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

Os valores apresentados no balanço da Companhia sob as rubricas de depósito judicial (ativo) e provisão para riscos (passivo) são apresentados pelo valor líquido.

			2023	2022
	Provisão	Depósitos judiciais (i)	Líquido	Líquido
Tributárias (i)	–	(573)	(573)	(751)
	–	(573)	(573)	(751)

(i) Refere-se substancialmente ao depósito judicial relativo ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS no valor de R$ 573 (R$ 751 em 2022), no qual a Companhia obteve o trânsito em julgado e aguarda a sua liquidação.

b) Riscos Possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, os processos cuja probabilidade de perda classificada como possível pelos assessores jurídicos externos é de R$ 281 (R$ 284 em 2022) e são de natureza tributária.

Para tais processos não há provisão constituída, conforme estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 05 de maio de 2022, através da 35ª AGE foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$ 2.500.

Em 2023, o capital social, subscrito e integralizado é de R$ 8.409, dividido em 7.647 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, cujo principal acionista, com 99,87% do capital social é a Sirama Participações Societárias Ltda.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos propostos

Conforme determina o Estatuto Social em vigor e disposição do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido apurado após a constituição de reserva legal. Na 77ª Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos totais no valor de R$ 9.500 aos acionistas (R$ 13.000 em 2022) pagos em 14 de dezembro de 2023.

d) Reserva de retenção de lucros

Refere-se à reserva constituída pela apropriação de lucros da Companhia, conforme previsto em Lei.

14. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes utilizados para calcular o lucro por ação:

	2023	2022
Lucro Líquido alocado disponível para os acionistas em milhares de R$	10.567	10.780
Quantidade de ações ordinárias	7.647	7.647
Lucro por ação - em R$	1.382	1.410

15. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2023	2022
Receita bruta dos serviços prestados de frete	78.345	76.187
(–) Impostos sobre serviços prestados	(6.607)	(6.252)
	71.738	69.935

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2023	2022
Custo dos serviços prestados		
Gastos com pessoal	7	5
Serviços de frete	34.421	31.956
Combustíveis	18.412	19.998
Depreciação	604	545
Outros custos	2.934	2.630
	56.378	55.134
Despesas gerais e administrativas		
Gastos com pessoal	656	634
Despesas gerais	3	2
Despesas compartilhadas (i)	2.125	1.888
Outras despesas	201	297
	2.985	2.821

(i) Refere-se ao reembolso das despesas corporativas compartilhadas realizadas pela parte relacionada Cia de Cimento Itambé.

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Operacionais		
Revenda de materiais	22	15
Recuperação de processos judiciais	–	18
Outras Receitas (Despesas)	(3)	(9)
	19	24

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	957	1.134
Controverso processo BACEN	42	–
Descontos obtidos	13	11
Rendimentos s/títulos	7	6
Variação monetária ativa	20	353
Total de receitas financeiras	1.039	1.504
Variação monetária passiva	(177)	–
Outras despesas financeiras	(48)	(55)
Total de despesas financeiras	(225)	(55)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	814	1.449

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição dos saldos de tributos na demonstração do resultado

	2023	2022
Imposto de renda - corrente	1.803	1.793
Contribuição social - corrente	940	929
Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.743	2.722

b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado em 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2023	2022
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)		
Receita bruta de vendas	78.345	76.187
Lucro presumido de vendas - 8%	6.268	6.095
Receita financeira	1.040	1.181
Base de cálculo para IRPJ	7.308	7.276
Imposto de renda - 15%	1.096	1.091
Dedução adicional IRPJ	(240)	(240)
Base de cálculo para o adicional de IRPJ	7.068	7.036
Imposto de renda adicional - 10%	707	704
Outros	–	(2)
Total do Imposto de renda pessoa jurídica	1.803	1.793
	2023	2022
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)		
Receita bruta de vendas	78.345	76.187
Lucro presumido de vendas - 12%	9.401	9.142
Receita financeira	1.040	1.181
Base de cálculo para CSLL	10.441	10.323
Contribuição social - 9%	940	929
Total da contribuição social - 9%	940	929
Total do imposto de renda e da contribuição social	2.743	2.722

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

A remuneração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 aos Administradores, Conselheiros e Diretores, totalizou R$ 507 (R$ 496 em 2022).

Essa remuneração contempla honorários, participação nos resultados e gratificações. A Companhia não tem dívidas contraídas relativas a planos de pensão ou a outro tipo de remuneração complementar com a Administração.

b) Demais saldos com partes relacionadas

Os demais saldos com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados a seguir:

	2023			2022		
	Contas a receber	Contas a pagar (i)	Receita de serviços (ii)	Contas a receber	Contas a pagar (i)	Receita de serviços (ii)
Cia. de Cimento Itambé	2.670	(215)	63.474	418	(179)	57.904
	2.670	(215)	63.474	418	(179)	57.904

(i) Refere-se ao saldo a pagar do reembolso dos gastos corporativos compartilhados realizados pela coligada Cia de Cimento Itambé.

(ii) Referem-se, principalmente, aos serviços de transportes rodoviários de carga, a qual está apresentada líquida dos impostos sobre vendas. As transações efetuadas em condições definidas entre as partes.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava a apólice de seguro contratada com terceiros conforme segue:

Bem segurado	Riscos cobertos	Limite de Indenização
Veículos incluindo	Casco (Total)	100% FIPE
Caminhões/	Danos Materiais/ Danos	
Rebocador/Reboque e	Corporais (Por Veículo)	1.000
Semirreboque da Sita	Danos Morais (Por Veículo)	120

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

SITA TRANSPORTE DE CARGAS S.A.

CNPJ nº 78.759.701/0001-04

continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rubens Slaviero Filho
Conselheiro-Presidente

Marcos Dallegrave Góes
Conselheiro

Alexandre Chueri Neto
Conselheiro

Maria Lúcia Araújo de Matos
Conselheira

Edson de Araújo Gomes
Conselheiro

Nelson Luis Slaviero
Conselheiro

Eduardo de Araújo Gomes
Conselheiro

Sérgio Slaviero
Conselheiro

Emílio Batista Gomes
Conselheiro

Virgílio Moreira Filho
Conselheiro

Luiz Vilar de Carvalho
Conselheiro

DIRETORIA

Luis Sergio Gandolfi
Diretor-Superintendente

Márcio Ferreira Lobo
Diretor

Ricardo Corrêa Israel
Diretor

CONTADOR

Jefferson Bednarz Biehl
CRC PR-041380/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Sita Transporte de Cargas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sita Transporte de Cargas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sita Transporte de Cargas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)/CPC para PME (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Saldos e transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes examinados por outros auditores independentes

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 21 de março de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)/CPC para PME (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR
Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

Deloitte.

Publicidade Legal
Edição Digital
WWW.BEMPARANA.COM.BR

As publicações foram realizadas e certificadas na data do cabeçalho da página

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do portal **BEMPARANÁ** com certificação digital reconhecida pelo ICP/ITI.

https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/formato/digital/

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ECC9-EA96-5FB3-594D.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/ECC9-EA96-5FB3-594D ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: ECC9-EA96-5FB3-594D

Hash do Documento

920F57F5BF8A5BC2E0AC66FEE446628195D6253D6F5CB7E0ACF538B3B53FE124

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/04/2024 é(são) :

- ☑ Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 470.195.909-00 em 16/04/2024 00:07 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70